



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPA Nº 871, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o Plano de Desenvolvimento do Campus Paragominas deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, vigência 2019 a 2023.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, reconduzido através do Decreto Presidencial de 31 de julho de 2019, publicado no D.O.U. de 1º de agosto de 2019, seção 2, página 1, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15 do Estatuto, os artigos 2º e 16 o Regimento Geral, os artigos 10 e 11 do Regimento Interno do CONSUP e considerando o disposto no processo administrativo nº 23051.027630/2019-40,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, **ad referendum**, o Plano de Desenvolvimento do Campus Paragominas deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, vigência 2019 a 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

CLAUDIO ALEX
JORGE DA
ROCHA:37303945253

Assinado de forma digital por
CLAUDIO ALEX JORGE DA
ROCHA:37303945253
Dados: 2022.11.18 18:55:22 -03'00'

Presidente do CONSUP

Anexo I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ.
CAMPUS PARAGOMINAS



INSTITUTO
FEDERAL
Pará

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS
PARAGOMINAS
2019 - 2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS
PARAGOMINAS
2019 - 2023**

Outubro/2019

Paragominas/PA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

CLÁUDIO ALEX JORGE DA ROCHA

Reitor

ELINILZE GUEDES TEODORO

Pró-reitora de Ensino

ANA PAULA PALHETA SANTANA

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

FABRÍCIO MEDEIROS ALHO

Pró-reitor de Extensão

DANILSON LOBATO DA COSTA

Pró-reitor de Administração

CAMPUS PARAGOMINAS

ÍTHALO BRUNO GRIGÓRIO DE MOURA

Diretor Geral

RAFFAEL ALENCAR MESQUITA RODRIGUES

Diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão

FLÁVIO VALÉRIO PEREIRA MEDEIROS

Diretor do Departamento de Administração

COMISSÃO LOCAL DE ELABORAÇÃO DO PDC

DYNA KERLLY RIBEIRO MENDES

Presidente e Membro titular (Técnico Administrativo)

WALERY COSTA DOS REIS

Vice-presidente e Membro titular (Docente)

GISELLE PANTOJA FERREIRA

Membro Suplente (Docente)

MARIA CRISTINA AFONSO FERREIRA

Membro Titular (Técnico Administrativo)

MARIA ALDENILDE ALVES DE OLIVEIRA

Membro Suplente (Técnico Administrativo)

KÊMILE CAROLINE MOREIRA NÓBREGA

Membro Titular (Discente)

JOÃO VENCESLAU DE SOUZA NETO

Membro Suplente (Discente)

Histórico de alterações

Data	Versão	Descrição	Autor

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Estratégico.	22
Figura2 - Cadeia de Valor do IFPA.....	34
Figura 3 – Organograma funcional do IFPA Campus Paragominas.	84
Figura 4 – Modelo de negócio do IFPA Campus Paragominas.	90
Figura 5 - Componentes adotadas na gestão de riscos.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos. ...	65
Gráfico 2 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos utilizados para a elaboração do PDC 2019-2023.	15
Quadro 2 – Metas estabelecidas no PDC 2014-2018.	19
Quadro 3 – Consolidação da Matriz SWOT.....	21
Quadro 4 – Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Paragominas, para o período de vigência do PDC 2019 a 2023.	26
Quadro 5 - Macroprocessos Finalísticos.....	35
Quadro 6 - Macroprocessos de Gestão.....	36
Quadro 7 - Macroprocessos de Suporte.....	37
Quadro 8 – Cursos em funcionamento no ano de 2018.	63
Quadro 9 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.....	64
Quadro 10– Calendário de Avaliação do PDC Campus Paragominas.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.....	65
Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.	65
Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	68
Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.	70
Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	70
Tabela 6 – Experiência Profissional dos Docentes no IFPA Campus Paragominas.....	71
Tabela 7– Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.....	71
Tabela 8 – Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.....	72
Tabela 9 – Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018. .	72
Tabela 10 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	73
Tabela 11 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.....	74
Tabela 12 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.....	74
Tabela 13 – Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.....	74
Tabela 14 – Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.....	80
Tabela 15 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.	81
Tabela 16 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.....	81
Tabela 17 – Lista de Veículos oficiais do Campus.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CDA	Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação
CGIPE	Comitê Gestor Interno de Atendimento aos Egressos
CI	Conceito Institucional
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CTEAD	Centro de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
DE	Direção de Ensino
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTI	Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NAC	Núcleo de Arte e Cultura
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEL	Núcleo de Esporte e Lazer
OMT	Observatório do Mundo do Trabalho
PAM	Plano Anual de Ações e Metas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCI	Prevenção Contra incêndio
PDC	Plano de Desenvolvimento do Campus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PIQ	Programa Institucional de Qualificação
PIBICTI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPAE	Planos de Providências de Atendimento aos Egressos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRÓ-EXTENSÃO	Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PRODIN	Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPPG	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGPP	Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 MÉTODO	14
2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	14
3 RESULTADOS DO PDC ANTERIOR	18
4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS	20
4.1 Missão, Valores e Visão	20
4.2 Direcionamento estratégico.....	21
4.3 Mapa Estratégico.....	22
4.4 Objetivos estratégicos	23
4.5 Monitoramento	24
4.5.1 Indicadores e metas	24
4.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP).....	24
4.6 Plano de Ação	24
4.7 Cadeia de Valor do IFPA	37
5 PERFIL INSTITUCIONAL	43
5.1 Histórico do Campus	43
5.2 Finalidade	47
5.3 Área (s) de atuação acadêmica	47
6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)	48
6.1 Inserção regional	48
6.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	49
6.3 Organização didático-pedagógica da instituição	50
6.4 Políticas de Ensino	51
6.5 Políticas de Extensão	52
6.6 Políticas de Pesquisa	54
6.7 Políticas de Educação a Distância	56
6.8 Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva	57
6.9 Políticas de Educação Ambiental	58
6.10 Políticas de Educação no Campo	59
6.11 Política de Certificação Profissional	60

6.12 Responsabilidade Social do Campus	61
7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	62
7.1 Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023	62
8 PERFIL DO CORPO DOCENTE	65
8.1 Composição	65
8.2 Plano de carreira	66
8.3 Critérios de seleção e contratação.....	68
8.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro 68	
8.5 Cronograma e plano de expansão do corpo docente	70
8.6 Experiência dos docentes no magistério	70
9 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	71
9.1 Composição	71
9.2 Plano de carreira	72
9.3 Formas de Desenvolvimento	73
9.4 Critérios de seleção e contratação.....	73
9.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo	74
10 INFRAESTRUTURA.....	74
10.1 Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC	74
10.2 Biblioteca	75
10.2.1 Acervo	76
10.2.2 Serviços oferecidos na biblioteca	76
10.2.2.1 Acesso ao acervo.....	76
10.2.2.2 Cadastro	76
10.2.2.3 Empréstimo	77
10.2.2.4 Consulta local	77
10.2.2.5 Renovação	77
10.2.2.6 Reserva	77
10.2.2.7 Devolução	77
10.2.2.8 Visita orientada	77

10.2.2.9	Elaboração de fichas catalográfica	77
10.2.2.10	Orientação a bases de dados e pesquisa bibliográfica	77
10.2.2.10.1	Assinaturas online existentes	77
10.2.3	Espaço físico	77
10.2.3.1	Horário de funcionamento.....	78
10.2.3.2	Quadro de pessoal	78
10.2.3.3	Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo	78
10.3	Laboratórios de Informática e Equipamentos de Tecnologia da Informação.....	80
10.4	Recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo	80
10.5	Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades específicas	81
10.6	Plano de substituição de veículos	81
11	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFPA.....	82
11.1	Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico	82
11.1.1	Estatuto do IFPA, Regimento Geral do IFPA e Regimento Interno do Campus	84
11.2	Órgãos Colegiados	84
11.2.1	CONDIR e outros	84
11.3	Políticas de Gestão do IFPA.....	86
11.3.1	Política de Gestão Integrada	86
11.3.2	Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação	86
11.3.3	Política de Gestão de Pessoas	87
11.3.4	Políticas de Gestão por Processos	87
11.3.5	Políticas de Gestão de Riscos e Controles	87
11.3.6	Política de Meio Ambiente.....	87
11.3.7	Modelo de Gestão do Campus.....	88
11.3.8	Governança Operacional do Campus	88
12	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	89
12.1	Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços)	89
12.2	Programas de apoio pedagógico e financeiro	89
12.3	Organização estudantil.....	90
12.4	Acompanhamento dos egressos	90

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	90
14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	91
15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC	92
16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS.....	92
17 CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS	97

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus Paragominas (PDC), vigência 2019 a 2023, estabelece o planejamento estratégico do Campus para o próximo quinquênio. Pautando-se em um processo de construção coletiva e democrática, envolvendo todas as categorias que compõe a comunidade acadêmica, o PDC apresenta a missão, visão, valores, objetivos e metas a serem alcançados pelo Campus.

O PDC, intimamente alinhado ao PDI/IFPA (2019/2023), constitui-se de objetivos estratégicos, agrupados em cinco grandes perspectivas: Aprendizado e Crescimento (AC), Infraestrutura e Tecnologia (IT), Orçamento e Finanças (OF), Processos Internos (PI) e Resultados à sociedade (RS). Os objetivos estão desdobrados em metas, todos compilados no Quadro 4 - Apresentação dos objetivos estratégicos, Capítulo 4, deste documento.

Como um instrumento norteador para as próximas ações da instituição, a finalidade do PDC é declarar o compromisso do Campus com a comunidade acadêmica e sociedade em geral. Nesse contexto, busca-se atender às perspectivas e anseios de todos aqueles que fazem parte da instituição, bem como dos demais segmentos da sociedade, no que tange a excelência de seus serviços e alcance de resultados.

1 MÉTODO

O PDC do IFPA Campus Paragominas foi construído de forma coletiva, contando com a participação de docentes, técnicos-administrativos e discentes do Campus, em cinco etapas, a saber:

1) Constituição da Comissão Local, formada por representantes das três categorias que compõem a comunidade acadêmica, sendo responsáveis, entre outras, pelas seguintes atribuições: criação do plano de ação com o cronograma das ações visando à elaboração do PDC; convocação dos servidores, alunos e membros da comunidade externa para participar do processo de construção do PDC; e redação da minuta final do PDC, para posterior submissão à apreciação do CONDIR do Campus e ao CONSUP do IFPA.

2) Grupos de Trabalhos formados nas 12 (doze) turmas, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), para apresentação aos discentes, do Roteiro de elaboração do PDC, discussão e proposições de novos indicadores e metas para a construção do Plano de Ação do Campus, com coleta de informações e registros em ata.

3) Reunião Geral com toda a comunidade acadêmica, docentes, técnicos-administrativos e representantes discentes, para apresentação da versão inicial da minuta do PDC (missão, visão, valores) e formação de grupos de trabalhos para consolidação do Plano de Ação.

4) Organização e consolidação das informações obtidas nas reuniões com os grupos de trabalhos e fornecidas pelas Diretorias, Coordenações e setores para redação da minuta preliminar do PDC, coordenadas pela comissão local.

5) Aprovação da minuta final do PDC, em reunião ampliada do CONDIR, aberta a toda a comunidade acadêmica, com posterior encaminhamento da minuta à apreciação pelo CONSUP.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O PDC é o documento que identifica o campus e foi construído com base na legislação vigente, conforme Quadro 1, que apresenta os documentos mais relevantes para sua elaboração, como leis, diretrizes, decretos, instruções normativas, etc.

Quadro 1 – Documentos utilizados para a elaboração do PDC 2019-2023.

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Lei nº 7.596, de 1987	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.
Lei nº 8.745/93	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994	Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 11.784, de 22 de Setembro de 2008	Conversão da MP v nº 431, de 2008. (Vide Decreto nº 7.133, de 2010). Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei no 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que

	trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nos 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação
--	--

	da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA, a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.
Lei nº 11.788, de 2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Lei nº 11.892, de 29/12/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Lei nº 12.772/2013	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de

	que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.
PORTARIA Nº 234, DE 19 DE JULHO DE 2017	Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.
Resolução CEB/CNE nº 06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Resolução Nº 022/2018-CONSUP DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.	Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.
Resolução Nº 126/2019-CONSUP DE 17 DE JULHO DE 2019.	Cria a Estrutura Organizacional do Campus Paragominas do IFPA.

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

3 RESULTADOS DO PDC ANTERIOR

O PDC anterior do Campus Paragominas, vigência 2014 a 2018, apresentava 11 (onze) metas transcritas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Metas estabelecidas no PDC 2014-2018.

Ordem	METAS
I.	Elaborar um Diagnóstico do território de inserção do IFPA na microrregião de Paragominas;
II.	Realização de pelo menos uma audiência pública em Paragominas;
III.	Implantar de pelo menos 2 (dois) cursos técnicos, na modalidade subsequente até o final de 2018;
IV.	Implantar até o final de 2016 o Ensino médio integrado com a formação técnica;
V.	Implementar até o final de 2016 o Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
VI.	Implantar até o final de 2018 pelo menos um curso superior;
VII.	Ter matriculado no ano de 2018 cerca de 1200 alunos;
VIII.	Estabelecer gradativamente, através de concurso público, a proporção de Professor/Aluno de 1/20.
IX.	Contratar por concurso, em cinco anos, sessenta (60) docentes, à medida em que os cursos são implantados ou haja necessidade para os cursos em desenvolvimento.
X.	Contratar por concurso, em cinco anos, cinquenta (50) técnicos administrativos, na medida em que haja necessidade para a manutenção e o desenvolvimento do Campus.
XI.	Implantar laboratórios específicos para Cursos de Ensino Médio e outros que forem ofertados com base em Diagnóstico de Inserção da Microrregião do Campus, após manifestação da comunidade em Audiência Pública.

Fonte: IFPA Campus Paragominas, 2019 (PDC 2014-2018).

Das metas acima elencadas, as metas II, III, IV, V, VII e VIII foram atingidas em sua plenitude. Algumas não aconteceram exatamente no ano que estavam previstas para acontecer, mas aconteceram na vigência do PDC anterior. O não cumprimento de algumas metas no tempo previsto ocorreu em função de alguns fatores. Dentre eles, citamos o baixo efetivo de servidores e a estrutura física inadequada do Campus.

As metas IX, X e XI foram parcialmente atingidas. Apesar de terem sido realizados vários concursos para ingresso de novos servidores no Campus, o quantitativo de docentes e técnicos estabelecidos na meta não foi atingido. A meta XI foi atingida parcialmente, os laboratórios implantados suprem a necessidades dos cursos técnicos da área de informática. Foram realizadas em 2018, seis licitações para aquisição de materiais

permanentes e de consumo para atender as demandas dos diversos laboratórios, entretanto não foi possível efetivarmos as aquisições devido à falta de recursos.

Das 11 (onze) metas estabelecidas, apenas as I e VI não foram atingidas. A primeira delas não foi alcançada em função do Campus não ter condições humanas e operacionais para realizar um diagnóstico em toda área de abrangência do Campus, composta por 11 municípios. A segunda não foi atingida em função de a sede do Campus não ter sido entregue no prazo. A previsão de conclusão da obra estava prevista para segundo semestre de 2016 e se estende até hoje. Mesmo o Campus tendo o Projeto Político Pedagógico do primeiro curso superior aprovado pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Pará desde 2017, o curso não foi ofertado, pois isso poderia rebaixar a nota da instituição numa eventual avaliação do Ministério da Educação, uma vez que a estrutura física é quesito na avaliação dos cursos superiores.

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS

4.1 Missão, Valores e Visão

Neste item, são apresentados a Missão, Valores e Visão do IFPA – Campus Paragominas para o próximo quinquênio.

4.1.1 Missão

Proporcionar à sociedade da região do Rio Capim educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, garantindo o seu desenvolvimento sustentável e a formação integral do cidadão no âmbito social, político, ético e cultural.

4.1.2 Valores

- Compromisso;
- Equidade;
- Ética;
- Pluralidade;
- Respeito;
- Sustentabilidade.
- Transparência;

4.1.3 Visão

Tornar-se referência em educação profissional, científica, tecnológica e inovadora transformando a realidade local.

4.2 Direcionamento estratégico

Após a realização das oficinas de Planejamento Estratégico, com a aplicação da matriz SWOT, apresentamos o resultado consolidado das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. No quadro 03, é apresentada a consolidação da análise SWOT realizada, por meio da Oficina de Planejamento Estratégico do PDI, organizada pela PRODIN, em maio de 2018, das quais participaram os servidores, os discentes e os gestores do Campus.

Quadro 3 – Consolidação da Matriz SWOT.

SWOT	
AMBIENTE INTERNO	
FORÇA	FRAQUEZA
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Profissionais qualificados; • Novos servidores; • Novos cursos; • Qualificação dos professores; • Acompanhamento discente; • Projetos de pesquisa e extensão; • Divulgação do nome/marca do IFPA Campus Paragominas; • Verticalização do ensino; • Técnicos administrativos capacitados; • Integração docente; • Auxílio estudantil.	• Infraestrutura; • Articulação ineficiente entre pesquisa, ensino e extensão; • Falta de professor pesquisador; • Falta de comunicação; • Relação entre pessoas; • Evasão; • Participação em eventos científicos; • Burocracia; • Politicagem; • Retenção; • Projetos de extensão, ensino e pesquisa; • Incompatibilidade de cursos ofertados; • Falta de foco ensino.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Parceria com outras empresas; • Cidade de Paragominas em desenvolvimento; • Parceria com a Prefeitura; • Agronegócio;	• Mudança da gestão municipal; • Cenário político atual; • Corte de orçamento; • Concorrência com instituições particulares

• Intercâmbio; • Mineração.	- e públicas; • Condições ambientais adversas.
--	---

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2018).

Ponderando as variáveis do ambiente interno e externo, após a análise da matriz SWOT, conclui-se que o contexto atual do IFPA Campus Paragominas indica a escolha de estratégias de **manutenção e crescimento**. Dessa forma, o direcionamento estratégico prioriza:

- Priorizar recursos nas áreas existentes do IFPA;
- Reduzir os gastos;
- Consolidar os cursos e infraestrutura;
- Consolidar os cursos já existentes (EJA, médio integrado/médio subsequente/graduação/ especialização/mestrado);
- Ampliação e verticalização do ensino em áreas como: Meio ambiente informática e gestão;
- Garantir a continuidade da oferta de cursos existentes, priorizando a qualificação dos recursos humanos e a garantia da estrutura física necessária;
- Atender as demandas locais e a verticalização do ensino.

4.3 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico do Campus Paragominas está organizado segundo diferentes perspectivas, utilizando como parâmetro as perspectivas do Balanced Scorecard (BSC), seguindo o modelo apresentado no PDI/IFPA (2019-2023).



Figura 1 – Mapa Estratégico.
 Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

4.4 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos foram elaborados de acordo com o que se espera do Campus a longo prazo, ou seja, a sua visão de futuro para os próximos 5 anos e foram subsidiados a partir da análise da Matriz SWOT. Esses objetivos estratégicos foram desdobrados em itens mais específicos e serão trabalhados no PDC de acordo com a realidade do Campus Paragominas, além do plano operacional PAM – Plano Anual de Ações e Metas.

Diante do exposto, seguem os objetivos estratégicos, conforme as 5 (cinco) perspectivas do Planejamento Estratégico Institucional, que serviram como base para a construção do Plano de Ação do Campus (Quadro 4), e foram elaborados para execução no próximo quinquênio:

1 - Aprendizado e Crescimento (AC)

AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados;

AC2 - Implementar a Governança Institucional.

2 - Infraestrutura e Tecnologia (IT)

IT1 - Consolidar e ampliar a infraestrutura;

IT2 - Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação de

Dados.

3 - Orçamento e Finanças (OF)

OF1 – Otimizar a execução orçamentária e financeira.

4 – Processos Internos (PI)

PI1 – Institucionalizar e expandir a EaD;

PI2 – Aumentar a qualidade da formação acadêmica;

PI3 – Fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;

PI4 – Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem;

PI5 – Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais;

PI6 – Ampliar a oferta de vagas em pós-graduação e qualificação dos servidores;

PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação;

PI8 – Promover pesquisa científica e tecnológica;

PI9 – Estimular a difusão do conhecimento;

PI10 – Melhorar a gestão documental.

5 – Resultados à sociedade (RS)

RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social;

RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade;

RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade;

RS4 – Ampliar a sustentabilidade ambiental.

4.5 Monitoramento

Neste item, constam informações sobre indicadores e metas e o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP).

4.5.1 Indicadores e metas

Os indicadores são métricas que geram informações, permitindo acompanhar o alcance dos objetivos estratégicos, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidade de mudança. As metas serão quantitativas ou qualitativas.

As metas apresentadas no Plano de Ação do Campus Paragominas (Quadro 4) foram discutidas e estabelecidas pelos diversos integrantes que compõe a comunidade acadêmica do Campus, em uma Reunião de Planejamento, que contou com a formação e apresentação de grupos de trabalho, representando as áreas Administrativa, de Ensino, Pesquisa e Extensão, Assistência Estudantil, Gestão de Pessoas, EAD (Educação à distância), Estágio e Meio Ambiente.

4.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP)

O SIGPP é um sistema que auxilia a gestão no monitoramento das ações executadas anualmente no Campus. Para cumprimento das metas, o Campus estabelecerá ações no seu Plano Anual de Ações e Metas (PAM), que serão monitoradas pelo SIGPP. Além disso, será apresentado quadrimestralmente um relatório com a consolidação das metas alcançadas.

4.6 Plano de Ação

O Plano de ação do Campus Paragominas, apresentado no Quadro 4, é a consolidação em forma de planilha de todos os objetivos estratégicos, indicadores, metas, prazos e responsáveis durante a vigência do PDC 2019-2023. Cabe destacar a contribuição da comunidade acadêmica na elaboração do mesmo, após ampla discussão com os diversos

membros do corpo docente, técnico administrativo e discente do Campus, em reuniões de planejamento, realizadas durante o período de construção do PDC.

Quadro 4 – Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Paragominas, para o período de vigência do PDC 2019 a 2023.

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados	AC1.1 – Percentual de servidores assistidos em Saúde e Qualidade de Vida	Nº de servidores atendidos pelo Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor / Nº total de servidores * 100	Percentual	30%	45%	60%	75%	90%	DG	CGP PROGEP
	AC1.4 - Índice de Titulação Docente	(Nº de Doutores * 5 + Nº de Mestres * 4 + Nº de Especialistas * 3 + Nº de Aperfeiçoados * 2 + Nº de Graduados * 1) / Nº Total de docentes	Índice	4,0	4,1	4,2	4,4	4,5	DG	CGP PROGEP
	AC1.5 - Índice de Titulação dos Servidores Técnico-Administrativos	(Nº de Doutores * 5 + Nº de Mestres * 4 + Nº de Especialistas * 3 + Nº de Aperfeiçoados * 2 + Nº de Graduados * 1 + Nº de Não Graduados * 0,5) / Nº Total de Técnico-administrativos	Índice	3,0	3,1	3,3	3,4	3,5	DG	CGP PROGEP
	AC1.6 – Percentual de satisfação dos servidores	Nº de servidores satisfeitos / Nº total de servidores * 100	Percentual	40%	45%	50%	55%	60%	CGP	PROGEP
	AC1.8 - Número de vagas ofertadas aos servidores pelo Plano de Capacitação do IFPA	Não tem fórmula.	Unidade	30	35	40	45	50	DG	CGP PROGEP

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	AC1.9 - Número de profissionais contratados para compor a equipe-Multifuncional (psicólogo, assistente social, enfermeiro e interprete de línguas).	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	1	-	DG	CGP
	AC1.10 - Percentual de cargos mapeados por competência necessárias ao desenvolvimento das atividades de cada setor do Campus	(Número de cargos mapeados / Total de cargos existentes no campus) *100	Percentual	30%	40%	50%	60%	80%	CGP	PROGEP
	AC1.11 - Percentual de procedimentos divulgados executados na CGP	Número de procedimentos divulgados / Total de procedimentos executados * 100	Percentual	40%	70%	80%	90%	100%	CGP	PROGEP
	AC1.12 - Número de novos setores específicos na CGP conforme Organograma Funcional do Campus	Não tem fórmula.	Unidade	2	1	-	1	-	CGP	PROGEP

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
AC2 - Implementar a Governança Institucional	AC2.1 - Percentual de processos de negócio modelados	Nº de processos de negócio modelados / Nº total de processos de negócio identificados * 100	Percentual (Cumulativo)	10%	20%	20%	30%	50%	DG	Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional DPDI
	AC2.2 – Percentual de eficácia na execução do PDC	Nº de metas alcançadas / Nº total de metas previstas no PDC para cada exercício * 100	Percentual	70%	75%	80%	85%	90%	DG	Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional DPDI
	AC2.4 – Percentual de Execução Orçamentária alinhada aos Objetivos Estratégicos	Valor executado alinhado aos objetivos estratégicos / Valor total da execução orçamentária * 100	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	DG	DPDI
	AC2.5 – Percentual de projetos de gestão gerenciados	Nº de projetos de gestão gerenciados / Nº total de projetos de gestão identificados * 100	Percentual (cumulativo)	-	-	20%	40%	50%	DG	DPDI

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	AC2.6 – Média do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos	Soma do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos identificados pelo Campus / Nº total de riscos identificados * 100	Percentual	75%	80%	90%	95%	100%	DG	Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional DPDI
IT2 – Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação de dados	IT2.2 – Percentual de Analistas e Técnicos de TI alinhados ao PETI	Nº de participantes no encontro dos Analistas e Técnicos de TI / Nº total de Analistas e Técnicos de TI em exercício na função * 100	Percentual	50%	50%	100%	100%	100%	Setor de TI	DTI
	IT2.5 – Número de Projetos Avançados de infraestrutura de comunicação de dados	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	0	0	Setor de TI	DTI
	IT2.6 – Número de Projetos Avançados de Governança de TI alinhados à Governança Institucional	Não tem fórmula.	Unidade	0	0	0	0	1	Setor de TI	DTI
PI1 - Institucionalizar e expandir a EaD	PI1.3 – Percentual de vagas autorizadas para cursos na modalidade a distância	Nº de Vagas autorizadas para cursos na modalidade a distância / Nº Total de Vagas ofertadas * 100	Percentual	-	100%	-	100%	-	DE	CTEAD

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
PI2 - Aumentar a qualidade da formação acadêmica	PI2.1 – Número de parcerias firmadas, visando ao fomento de vagas de estágio, cooperação técnica, intercâmbio de servidores, discentes e egressos	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	1	2	3	4	5	DE	PROEX
	PI2.2 – Número de vagas de Estágio fomentadas por meio de parcerias firmadas	Não tem fórmula.	Unidade	-	1	1	1	1	DE	Setor de Estágio PROEX
PI3 - Fortalecer a indissociabilidade e ensino, pesquisa e extensão.	PI3.2 – Número de projetos executados nos Núcleos de Extensão (NAC, NEL, NTA, NEABI, entre outros)	Não tem fórmula.	Unidade	2	4	6	6	6	DE	Setor de Extensão PROEX
	PI3.3 – Número de projetos executados por meio da Curricularização da Extensão	Não tem fórmula.	Unidade	-	1	2	2	2	DE	Setor de Extensão PROEX
	PI3.5 – Número de Cursos FIC ofertados pelo Centro de Idiomas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	-	2	3	3	3	DE	PROEX

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	PI3.6 – Número de ações locais com foco na integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão	Não tem fórmula.	Unidade	1	3	3	3	3	DE	PROEX
PI4 - Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem	PI4.1 – Percentual de cursos de graduação participantes do Programa de Monitoria	Nº de Cursos de Graduação Participantes do Programa de Monitoria / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	100%	100%	100%	DE	PROEN
	PI4.2 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e de Ensino de Graduação com política de nivelamento implementada	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação com política de nivelamento implementada / Nº Total de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	-	50%	50%	50%	50%	DE	PROEN
	PI4.3 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e Ensino de Graduação com projetos de ensino desenvolvidos	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação com projetos de ensino desenvolvidos / Nº Total de Cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	30%	50%	50%	50%	50%	DE	PROEN

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	PI4.4 – Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE	Nº de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE / Nº Total de estudantes com necessidades educacionais específicas * 100	Percentual (Cumulativo)	-	100%	100%	100%	100%	DE	PROEN
	PI4.5 – Percentual de cursos de graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão	Nº de Cursos de Graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	50%	100%	100%	DE	PROEN
	PI4.6 – Percentual de cursos de licenciatura participantes de Programa de Iniciação à Docência	Nº de Cursos de Licenciatura Participantes do Programa de Iniciação à Docência / Nº Total de Cursos de Licenciatura * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	100%	100%	100%	DE	PROEN
PI5 - Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais	PI5.2 – Número de projetos executados por meio do Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA (PRO-EXTENSÃO)	Não tem fórmula.	Unidade	2	4	6	8	8	Setor de Extensão	PROEX
	PI5.4 – Número de Unidades Empreendedoras implantadas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	-	1	1	2	2	Setor de Extensão	PROEX

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	PI5.5 – Percentual de egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE)	Nº de egressos dos últimos 3 anos atendidos pelo PPAE / Nº de egressos dos últimos 3 anos *100	Percentual	20%	60%	60%	70%	70%	DE	PROEX
	PI5.6 – Número de Boletins produzidos pela Rede OMT	Não tem fórmula.	Unidade	-	1	2	2	2	DE	Setor de Extensão PROEX
	PI5.7 – Percentual de Egressos inseridos no mercado de trabalho	Nº de egressos inseridos no mercado de trabalho dos últimos 3 anos / Nº Total egressos formados dos últimos 3 anos * 100	Percentual	-	-	5%	8%	9%	DE	Setor de Extensão PROEX
PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação	PI7.3 - Média das notas dos cursos no Conceito de Curso (CC)	Soma das Notas das Avaliações <i>in loco</i> / Nº de Cursos Avaliados	Unidade	-	-	-	3	4	DE	PRODIN
PI8 – Promover a pesquisa científica e tecnológica	PI8.3 – Número de Eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (ICTI)	Não tem fórmula.	Unidade	2	3	4	4	4	DE	PROPPG
	PI8.4 – Número de Projetos de Pesquisa executados em parceria com o setor produtivo	Não tem fórmula.	Unidade	-	1	2	2	3	DE	PROPPG

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
PI10 – Melhorar a gestão documental	PI10.3 – Número de documentos organizados de acordo com o CONARQ	Não tem fórmula.	Unidade (cumulativo)	-	-	100	200	300	DG	Setor de Protocolo e Arquivo Central
	PI10.4 – Implementação da Política de Arquivo Institucional	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	DG	Setor de Protocolo e Arquivo Central
RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social	RS1.1 – Percentual de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil	Nº de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil / Nº de total de alunos matriculados que atendam os critérios da Política * 100	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	DE	PROEN
	RS1.2 – NAPNE estruturado conforme regulamentação	Não tem fórmula.	Binário	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	DE	PROEN
	RS1.3 – Política de Ações Afirmativas Específicas implementada	Não tem fórmula.	Binário	-	-	Sim	Sim	Sim	DE	PROEN
	RS1.4 – Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada	Nº de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	30%	30%	30%	30%	30%	DE	PROEN
	RS1.5 – Percentual de vagas ofertadas para o EJA-EPT	Nº de vagas ofertadas para o EJA-EPT / Nº total de vagas ofertadas no ano anterior * 100	Percentual	7%	9%	10%	10%	10%	DE	PROEN

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
	RS1.6 – Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas e Programas de Formação Docente	Nº de vagas ofertadas para Licenciatura e Programas de Formação Docente / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	-	20%	20%	20%	20%	DE	PROEN
	RS1.7 – Índice de Eficiência Acadêmica	Taxa de Conclusão + (Taxa de Conclusão / (Taxa de Conclusão + Taxa de Evasão)) * Taxa de Retenção	Percentual	60%	65%	65%	65%	65%	DE	PROEN
RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade	RS2.1 – Número de tecnologias produzidas pelo IFPA protegidas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	-	-	1	1	2	Setor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	PROPPG
	RS2.2 – Número de ações de difusão da inovação realizadas em parceria com outras instituições públicas e privadas	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	2	2	3	DG	DE/DA PROPPG
RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade	RS3.1 – Número de veiculação de matérias jornalísticas sobre Ensino, Pesquisa e/ou Extensão na imprensa	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	2	2	3	DG	Setor de Extensão ASCOM Reitoria

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
RS4 - Ampliar a sustentabilidade ambiental	RS4.3 - Percentual de eficácia na execução do PAA	Número de ações alcançadas / Número total de ações previstas no PAA para cada exercício * 100	Percentual	-	-	60%	70%	75%	Comissão Local de Meio Ambiente	DPDI
	RS4.4 - Percentual de eficácia na execução do PLS	Número de metas alcançadas / Número total de metas previstas no PLS para cada exercício * 100	Percentual	-	-	60%	70%	75%	Comissão Local de Meio Ambiente	DPDI

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2022).

4.7 Cadeia de Valor do IFPA

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, uma representação lógica do conjunto de processos que remetem às suas respectivas atividades, facilitando a percepção quanto às necessidades de esforços para resultados institucionais à sociedade.

A decomposição da cadeia de valor na arquitetura de processos permite a identificação das atividades, com suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio.

A oportunidade de melhoria dos processos passa a ser identificada, uma vez que a Cadeia de Valor permite também constatar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da instituição.

A partir da Cadeia de Valor, da sua relação com os objetivos estratégicos traçados no PDI, que facilita a percepção quanto à necessidade de atenção o que potencializa resultados à sociedade, é garantido o ciclo que corresponde ao diagnóstico, ao monitoramento e a avaliação da estratégia organizacional. A Cadeia de Valor tem a finalidade de:

- apresentar, de forma clara, a relação entre as estratégias de gestão e os resultados;
- facilitar a visualização das potencialidades institucionais ao público interno e externo;
- revelar as relações existentes entre o fazer da instituição e os valores entregues aos alunos e a sociedade;
- apresentar de forma simplificada os macroprocessos realizados na instituição.

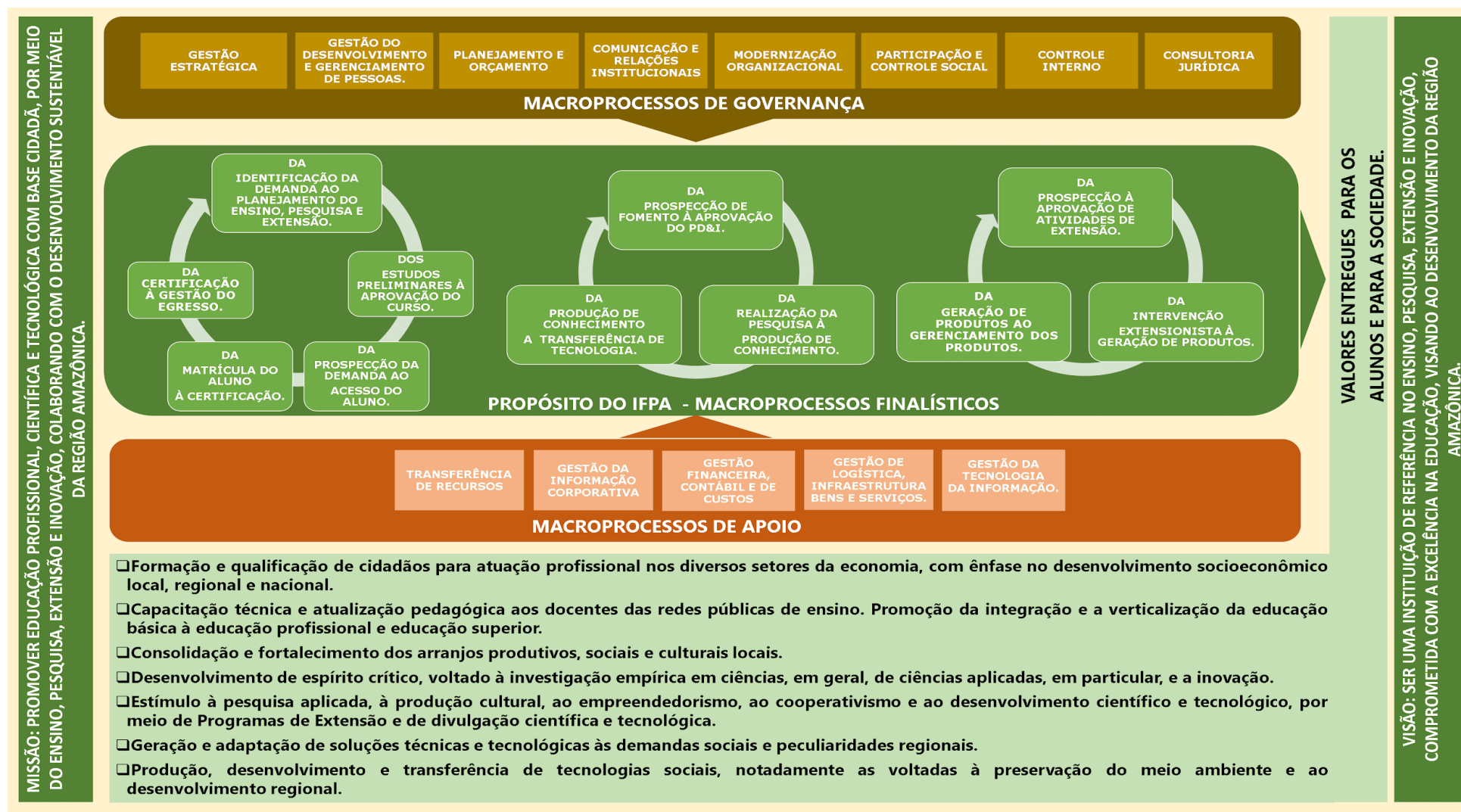
O destaque vai para a representação dos macroprocessos finalísticos apresentados de forma encadeada, sequencial (ponta a ponta), a exemplo do estudo de demanda à certificação profissional e a gestão do egresso. O movimento restante desse encadeamento valoriza a necessidade de fortalecimento dos fluxos nas diversas áreas de negócio das unidades que compõem o IFPA.

- da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- dos estudos preliminares à aprovação do curso;
- da prospecção da demanda ao acesso do aluno;
- da matrícula do aluno à certificação;
- da certificação à gestão do egresso;
- da Prospecção de fomento à aprovação do PD&I;
- da realização da pesquisa à produção de conhecimento;
- da produção de conhecimento à transferência de tecnologia;
- da Prospecção à aprovação de atividades de extensão;
- da intervenção Extensionista à geração de produtos;
- da geração de produtos ao gerenciamento dos produtos.

Macroprocessos de Governança e de Apoio apresentam destaques para a comunicação institucional, a participação e controle social, a gestão do desenvolvimento e gerenciamento de pessoas, além dos que, a partir de atuação sistêmica viabilizam as condições necessárias ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos e a entrega de valores aos alunos e a sociedade, conforme apresentado na **Figura 2**.

Os **Quadros 5, 6 e 7** apresentam, respectivamente, os macroprocessos finalísticos, de gestão e de suporte.

Figura 2 - Cadeia de Valor do IFPA.



Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 5 - Macroprocessos Finalísticos.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e extensão.	▪ Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais; ▪ Analisar Demandas Sociais; ▪ Formular Políticas de Ensino; ▪ Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão; ▪ Definir a Oferta de Cursos e Vagas; ▪ Avaliar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Dos estudos preliminares à aprovação do curso.	▪ Desenvolver Projetos de Cursos; ▪ Aprovar Projetos de Cursos; ▪ Autorizar a Oferta de Curso; ▪ Viabilizar o Reconhecimento dos Cursos.
Da prospecção do aluno ao acesso do aluno	▪ Identificar Públicos Estratégicos dos Cursos; ▪ Comunicar a oferta dos Cursos; ▪ Realizar Processo Seletivo.
Da Matrícula do aluno à conclusão e certificação	▪ Realizar Matrícula dos Alunos; ▪ Acolher Alunos Matriculados; ▪ Projetar e Entregar Serviços de Assistência ao Aluno; ▪ Realizar formação com base no PPC dos Cursos; ▪ Projetar e entregar serviços de Administração Escolar; ▪ Certificar os Alunos.
Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	▪ Acompanhar os Egressos; ▪ Articular relacionamento com o Mundo do Trabalho; ▪ Formular Políticas de Extensão; ▪ Articular Relações Externas e de Internacionalização; ▪ Desenhar Intervenções Extensionistas; ▪ Viabilizar Intervenções Extensionistas; ▪ Aprovar Intervenções Extensionistas.
Da intervenção extensionista à geração de produtos	▪ Executar Intervenções Extensionistas; ▪ Fomentar Práticas Desportivas, Arte e Cultura; ▪ Fomento ao Empreendedorismo; ▪ Avaliar impactos das Intervenções Extensionistas; ▪ Gerir Produtos das Intervenções Extensionistas;

Da Prospeção de fomento à aprovação de PD&I	▪ Formular Políticas de Pesquisa e Inovação; ▪ Viabilizar fomento para projetos de pesquisa e inovação; ▪ Viabilizar fomento para Iniciação Científica; ▪ Elaborar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Aprovar projetos de pesquisa e inovação.
Da realização da pesquisa à produção de conhecimento e transferência de tecnologia	▪ Executar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Fomentar o registro de propriedade intelectual; ▪ Difundir conhecimento científico; ▪ Transferir conhecimento e tecnologia.

Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 6 - Macroprocessos de Gestão.

MACROPROCESSOS DE GESTÃO (GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA)	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Estratégica	▪ Gestão do Planejamento Estratégico Institucional; ▪ Gestão do portfólio de produtos e serviços; ▪ Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos; ▪ Gestão de Processos; ▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão do Desenho Organizacional; ▪ Gestão da Imagem Institucional; ▪ Monitoramento e avaliação da estratégia e prestação de contas.
Gestão da Governança	▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão de Auditorias Internas; ▪ Prestação de Contas; ▪ Gestão de Atividades Correcionais e Éticas; ▪ Gestão das Relações Institucionais; ▪ Gestão dos Órgãos Colegiados, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho; ▪ Gestão dos processos de escolha dos gestores.
Comunicação e Relações Institucionais	▪ Gestão da Comunicação Institucional; ▪ Gestão da Comunicação Interna; ▪ Gestão de Redes e Relações Institucionais; ▪ Gestão de Relações Parlamentares;

	▪ Gestão de Relações e Acordos Internacionais.
Planejamento e orçamento	▪ Gestão do Plano Plurianual; ▪ Gestão do Orçamento.
Modernização Organizacional	▪ Modelagem de Estruturas, Hierarquias e Funções; ▪ Gestão de Estruturas de Governança; ▪ Gestão do Desempenho e Contratualização de Resultados.
Gestão do Desenvolvimento e Gerenciamento de Pessoas	▪ Planejamento da necessidade de pessoal; ▪ Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; ▪ Gerenciar o desempenho de pessoas; ▪ Gestão de movimentação funcional (exoneração e aposentadoria); ▪ Gestão de direitos e benefícios; ▪ Gestão de folha de pagamentos; ▪ Gestão da saúde, qualidade de vida e segurança ocupacional; ▪ Desenvolvimento de Pessoas; ▪ Gestão do clima organizacional; ▪ Gestão de sistemas de informação de pessoal.
Participação e controle social	▪ Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; ▪ Gestão da transparência ativa e acesso à informação e gestão de dados abertos.
Controle Interno	▪ Gestão de auditorias e fiscalizações; ▪ Corregedoria administrativa; ▪ Gestão da integridade e da ética pública.
Consultoria Jurídica	▪ Análise jurídica de normas, atos e contratos administrativos; ▪ Solução de litígios administrativos.

Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 7 - Macroprocessos de Suporte.

MACROPROCESSOS DE SUPORTE	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Orçamentária e Financeira	▪ Gestão do orçamento; ▪ Gestão de recursos financeiros; ▪ Gestão contábil;
Gestão Financeira Contábil e de Custos	▪ Programação financeira; ▪ Gestão financeira; ▪ Gestão contábil e gestão de custos
Transferência de Recursos	▪ Planejamento das Transferências; ▪ Operacionalização das Transferências; ▪ Gestão das transferências e prestação de contas.

Gestão da Tecnologia da Informação	▪ Gestão de demandas de TI; ▪ Desenvolvimento de soluções de TI; ▪ Implantação de soluções de TI; ▪ Manutenção e suporte de TI; ▪ Gestão da governança de TI.
Gestão de Logística, Infraestrutura, Bens e Serviços	▪ Aquisição de bens e contratações de serviços; ▪ Gestão patrimonial; ▪ Gestão de bens de consumo; ▪ Gestão de contratos; ▪ Gestão de Obras e Engenharia; ▪ Manutenção, limpeza e Segurança Predial; ▪ Gestão de serviços operacionais.

Fonte: EGP GP (2020).

5 PERFIL INSTITUCIONAL

Neste capítulo, serão apresentados o histórico do IFPA Campus Paragominas, sua finalidade e áreas de atuação acadêmica.

5.1 Histórico do Campus

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e as suas práticas pedagógicas.

Criado pelo Art. 5º, inciso XX, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá (EAFEC/EAFMB); as quais atuam na rede federal de educação profissional há cento e quatro anos (1909), noventa e dois anos (1921) e 6 anos, respectivamente (2007). Diante do desafio traçado, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) nasce comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado, dentro de um processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de Referência Educacional, Científica e Tecnológica no Estado e na Região Norte.

Na execução do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará, através da Ação de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, visando atender o Termo de Metas do Governo Federal, ficou proposto a viabilização de recursos para implantação de cinco novos Campi; neste sentido em 2012 foram realizadas licitações para Construção de cinco novos campi, dentre estes o de Paragominas.

Concebido como parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, o IFPA campus Paragominas, deverá buscar consolidar-se como sustentável e inclusivo, onde a Educação Profissional e Tecnológica seja implementada de forma a não somente atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, contribuir para a elevação da

escolaridade dos trabalhadores. Nessa direção, em acordo com o poder público municipal, no dia 28 de novembro de 2012, foi feita a assinatura do contrato de execução de serviços da construção do campus, em Paragominas, com a possibilidade de ofertar à população da microrregião de Paragominas, 1200 vagas em cursos de ensino médio, técnico e superior. O contrato de execução foi assinado pelo então Prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, e o Magnífico Reitor do IFPA, Prof. Élio de Almeida Cordeiro.

O Campus do IFPA em Paragominas está sendo construído, em conjuntura histórica. Nesse sentido, sua construção é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica dessa região. Dessa forma, a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento da Região de Integração do Capim ao qual está inserida a cidade de Paragominas, cujos resultados poderão favorecer o desenvolvimento econômico da região. O Campus do IFPA em Paragominas, já em fase de construção, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, visa atender aos mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Até o final de 2015, o Campus ofertava ao Município de Paragominas somente cursos à distância. As primeiras turmas presenciais começaram a ser ofertadas no primeiro semestre de 2015, sendo o Curso Técnico Informática, o primeiro curso presencial a ser ofertado. Nesse ano, ingressaram 160 alunos.

O quadro de servidores em meados de 2015 era composto por 04 (quatro) técnicos administrativos e 02 (dois) professores, além disso, o Campus funcionava em uma pequena sala cedida por uma Escola Municipal. A oferta das primeiras turmas se tornou possível após a celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2015. Por meio desse acordo a Prefeitura passa a oferecer estrutura física, humana e operacional para funcionamento do Campus, parceria que dura até hoje.

A oferta das primeiras turmas presenciais possibilitou ao Campus o aumento no orçamento para o exercício seguinte e justificou a necessidade imediata de realizar concursos para ingresso de servidores. No final de 2015 e início 2016 começaram a ser convocados servidores para reforçar a equipe do Campus. O aumento no número de servidores possibilitou em 2017 a oferta das primeiras turmas de cursos na modalidade ensino médio integrado, sendo que, a partir desse ano, foram ofertadas três turmas anuais, além dos outros cursos que já vinham sendo ofertados.

Mesmo não tendo um espaço físico que atendesse em sua plenitude as atividades administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, o Campus ao longo de 04 (quatro) anos possibilitou o ingresso de cerca de 1300 alunos, nas diversas modalidades de ensino o que demonstra a capacidade da Instituição de se reinventar e encontrar meios para fazer acontecer e cumprir suas metas.

O IFPA – Campus Paragominas é uma instituição com um notável ritmo de expansão, nos anos de 2014, 2015 e 2016, pois, grandes avanços puderam ser constatados, no que se refere à quantidade de discentes e aumento no quadro funcional. Em 2014, suas atividades eram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Anésia da Costa Chaves. Neste caso, o Instituto contava com uma sala para a execução das ações de cunho administrativo e as aulas ocorriam no período noturno.

Nesse mesmo ano, o Campus passou a oferecer cursos no município a partir do segundo semestre. Na ocasião, foi firmada uma cooperação técnica entre Prefeitura e o Instituto, a qual visou qualificar os servidores das escolas públicas municipais com a oferta de dois Cursos Pró-funcionário da Rede E-Tec Brasil: Técnico em Alimentação escolar e Técnico em Secretaria Escolar. Além disso, o Campus disponibilizou vagas para Cursos FIC – do

PRONATEC, nos municípios de Dom Eliseu e em Paragominas.

Outro fato importante neste momento de implantação do Instituto foi a admissão dos primeiros servidores, sendo um docente que entrou em exercício em agosto e 4 (quatro) técnico-administrativos que iniciaram suas atividades em dezembro; os quais foram aproveitados do concurso público de 2013. Desde então, o atendimento ao público passou a funcionar regularmente nos três turnos.

Em 2015, foram realizadas novas ações visando à consolidação e a estruturação do Campus. Neste sentido, ainda no primeiro semestre do ano foi publicado um edital ofertando 160 vagas para o Curso Técnico em Informática subsequente ao ensino médio. Esse curso foi autorizado porque tem como um de seus principais focos a formação técnica e profissional do educando, tendo em vista o desenvolvimento e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, de forma que o mesmo possa prosseguir nos estudos e atuar no mundo do trabalho com competência técnica, científica e humanística para compreender a realidade numa perspectiva crítica, reflexiva e transformadora.

Com esse relevante aumento na demanda, o Instituto necessitou de um espaço físico maior para atender aos novos discentes; sendo assim, a Prefeitura Municipal alugou um prédio localizado na Rua Fortaleza, nº 264 – Bairro Jardim Bela Vista, e cedeu para essa instituição de Ensino, que passou a funcionar no novo endereço em julho de 2015. Esse novo ambiente representou um avanço significativo no que se refere à infraestrutura, haja vista que se puderam disponibilizar mais salas de aula e dois laboratórios de informática, bem como organizar os setores do organograma institucional. Ademais, com vistas a suprir a carência de mão-de-obra, o Campus adquiriu 4 (quatro) servidores via remoção interna; além disso, houve a realização de um concurso público para admissão de professores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, na classe inicial, o qual propiciou a nomeação de dois docentes. Neste caso, o Quadro de Pessoal Permanente passou de 04 para 10 no interstício de um ano.

No ano de 2015, o IFPA reafirmou seu compromisso com a sociedade de Paragominas, de maneira que iniciou suas ações de extensão. Dois projetos foram implementados no Campus: Coral e Gentileza Gera Gentileza. Tais projetos demonstram uma instituição interessada não apenas com o ensino teórico executado em sala de aula; mas, sobretudo, com a expansão do seu campo de atuação, atingindo o corpo discente, pais dos alunos e sociedade civil. Dessa forma, a função social do Instituto Federal está sendo cumprida, no instante em que fomenta o desenvolvimento do pensamento crítico de seus educandos, que os faz refletir sobre o ambiente no qual se encontram inseridos, de maneira que eles possam agir como cidadãos engajados na luta por uma sociedade mais equilibrada e preocupada com o bem comum.

O Coral IFPA – Paragominas é um dos Projetos de Extensão desenvolvidos pelo Instituto Federal. O início de suas atividades ocorreu em julho de 2015, com a seleção de vozes, que neste momento direcionou-se para os discentes e servidores do campus, mas a partir de 2016 realizou-se uma nova triagem, na qual pessoas da sociedade civil puderam participar. Sua primeira apresentação oficial ocorreu em 17 de agosto de 2015, no Teatro Reinaldo Castanheira – Paragominas/PA, ocasião em que fora realizada a Aula Magna do Curso Técnico em Informática. Desde então, o Coral é marca registrada nas ações promovidas pelo IFPA, bem como de outras instituições que solicitam sua presença em eventos.

“Gentileza Gera Gentileza” é outro projeto que tem causado um impacto muito positivo em Paragominas, seu objetivo é sensibilizar os munícipes quanto à necessidade de

cultivar ações de gentileza no cotidiano das pessoas. Em um mundo onde as relações estão se tornando cada vez mais superficiais, as instituições de ensino precisam assumir o seu papel na formação de valores éticos e cidadãos. Neste sentido, os discentes do Campus Paragominas são incentivados a participar das atividades desse projeto nas escolas municipais, pontos públicos e locais em comum de grande trânsito de pessoas. O estopim de suas atividades adveio no período das companhas em prol no outubro Rosa de 2015, onde o IFPA, em parceria com a Prefeitura Municipal, realizou ações de panfletagem e palestras informativas sobre as formas de prevenção do câncer de mama. A partir disso, o “Gentileza Gera Gentileza” tem mobilizado os discentes do Campus, órgãos públicos e instituições da iniciativa privada a participarem de outras ações que promovam conscientização social e cidadania.

Em 2016, ano em que o IFPA Campus de Paragominas rompe as barreiras das suas limitações estruturais e humanas, e consegue por meio de sua forte parceria com a prefeitura municipal, ofertar os cursos EJA FIC EPT – Montador e Reparador de Computador e Técnico Subsequente em Informática na Agrovila CAIP, a qual faz parte da zona rural de Paragominas. Dessa forma, mais de 100 jovens e adultos tiveram acesso a uma educação de qualidade e a oportunidade de se qualificar para o mundo do trabalho.

Além de estar presente na zona rural, nesse ano o Campus também inovou no sentido de iniciar uma turma de Pós-Graduação Lato Sensu: Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas. O objetivo dessa Especialização é a formação dos professores da rede pública municipal de ensino, bem como de servidores do Campus. Neste caso, ofertaram-se 50 vagas, e as aulas ocorrem nos períodos de férias escolares.

Outro Projeto de Extensão foi implantado no Instituto: “Pais na Escola”; o qual pretende integrar os pais de alunos ao ambiente escolar dos filhos por meio de minicursos ministrados por servidores, alunos e voluntários. Essa é uma forma de envolver os pais no processo de ensino-aprendizagem, e quebrar o paradigma da relação pai, escola e aluno. A primeira turma do Projeto foi formada no mês de abril de 2016, e recebeu um minicurso de informática, o que promoveu a inclusão digital dos seus participantes.

Em dezembro, desse mesmo ano, também foi disponibilizado a comunidade de Paragominas um Curso de Técnico em Informática na modalidade de Educação a Distância – EAD. Para tanto, realizou-se uma chamada pública para o preenchimento de 50 vagas. Dessa forma, encerram-se as atividades do Campus com um rol maior de serviços ofertados a população de Paragominas. É importante salientar a expressiva quantidade de vagas para cursos que foram oferecidas no ano de 2016, atingindo um total de 330 alunos matriculados ainda no primeiro semestre, esse fato representa um acréscimo de 206,25% em comparação com o anterior.

No que se refere à prospecção para 2017, o Instituto Federal do Pará – Campus Paragominas pretende continuar quebrando paradigmas e rompendo fronteiras, uma vez que mesmo sendo uma unidade relativamente nova do IFPA, não possuir prédio próprio e nem um quadro de pessoal completo, tem apresentado resultados excelentes e feito a diferença na cidade de Paragominas. Uma prova disso é que no dia 19/01/2016 o Magnífico Reitor do IFPA, Dr. Claudio Alex Jorge da Rocha, recebeu da Prefeitura Municipal de Paragominas o símbolo de maior honraria na cidade a “Medalha Célio Miranda”, em reconhecimento pelas ações de cidadania e inclusão social desenvolvida pelo Campus.

Por fim, cabe registrar que em agosto de 2019, servidores e alunos passaram a ocupar a sede definitiva do Campus, mesmo não estando concluída. A ocupação ocorreu em função da atual estrutura que funcionava o Campus não comportar mais as diversas atividades que vinham sendo desenvolvidas. A partir de agosto de 2019 o Campus passa a construir uma

nova trajetória, agora em sua casa.

5.2 Finalidade

A Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estabelece em seu art. 6º as finalidades e características dos Institutos Federais, abaixo descritas:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Estatuto do IFPA reproduz as finalidades acima referidas e acrescentou mais uma:

- I - Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.3 Área (s) de atuação acadêmica

O IFPA Campus Paragominas atualmente conta com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Educação para Jovens e Adultos (EJA), Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Subsequente; além disso, já possui como previsão a implantação de um curso superior. No que se refere à Pós-graduação, existe a oferta de uma turma regular de Especialização *Lato Sensu*, bem como uma turma de Mestrado Profissional, a qual vinculada ao Campus Castanhal e ocorre nesta cidade por intermédio da parceria entre a Prefeitura Municipal de Paragominas e IFPA.

O Campus também desenvolve ações na área extensão, tais como: a realização da Jornada Científica; a Semana de Meio Ambiente e Semana de Informática que ocorre tanto na sede quanto na CAIP; o projeto do Coral; projeto de Extensão Labótica; projeto Pais na

Escola; projeto Mosaico Literário; ensino de inglês com Jogos imersivos de RPG; o projeto Meninas Digitais – Paragobyte Girls.

Além da execução de projetos de pesquisa, onde se destacam: geração e disseminação de tecnologias sociais para fortalecimento da Agricultura Familiar paraense; análise do Fluxo das Bacias dos Municípios de Paragominas e Ipixuna do Pará; e, Modelagem Molecular do Nanotubo de Carbono como Sensor de Agrotóxicos.

6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

6.1 Inserção regional

Na execução do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará, através da Ação de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, visando atender o Termo de Metas do Governo Federal, ficou proposta a viabilização de recursos para implantação de cinco novos Campi; neste sentido em 2012 foram realizadas licitações para Construção de cinco novos campi, dentre estes o de Paragominas.

Por meio de um acordo com o poder público municipal foi que, em 28 de novembro de 2012, foi feita a assinatura do contrato de execução de serviços da construção do campus, em Paragominas, com a possibilidade de ofertar à população da microrregião de Paragominas 1200 vagas em cursos de ensino médio, técnico e superior. O contrato de execução foi assinado pelo então Prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, e o Magnífico Reitor do IFPA, Prof. Élio de Almeida Cordeiro.

O IFPA – Campus Paragominas é uma instituição com um notável ritmo de expansão, nos anos de 2014, 2015 e 2016, pois, grandes avanços puderam ser constatados, no que se refere à quantidade de discentes e aumento no quadro funcional. Em 2014, suas atividades eram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Anésia da Costa Chaves. Nessa época, o Instituto contava com uma sala para a execução das ações de cunho administrativo e as aulas ocorriam no período noturno.

Nesse mesmo ano, o Campus passou a oferecer cursos no município a partir do segundo semestre. Na ocasião, foi firmada uma cooperação técnica entre a Prefeitura e o Instituto, a qual visou qualificar os servidores das escolas públicas municipais com a oferta de dois Cursos Pró-funcionário da Rede E-Tec Brasil: Técnico em Alimentação escolar e Técnico em Secretaria Escolar. Além disso, o Campus disponibilizou vagas para Cursos FIC – do PRONATEC, nos municípios de Dom Eliseu e em Paragominas.

Em 2015, foram realizadas novas ações visando à consolidação e a estruturação do Campus. Neste sentido, ainda no primeiro semestre do ano foi publicado um edital ofertando 160 vagas para o Curso Técnico em Informática subsequente ao ensino médio. Com esse relevante aumento na demanda, o Instituto necessitou de um espaço físico maior para atender aos novos discentes; sendo assim, a Prefeitura Municipal alugou um prédio localizado na rua Fortaleza, nº 264 – Bairro Jardim Bela Vista, e o cedeu para essa instituição de Ensino, que passou a funcionar no novo endereço em julho de 2015.

No ano de 2016, o IFPA Campus de Paragominas rompe as barreiras das suas limitações estruturais e humanas, e consegue por meio de sua forte parceria com a prefeitura municipal, ofertar os cursos EJA FIC EPT – Montador e Reparador de Computador e Técnico Subsequente em Informática na Agrovila CAIP, a qual faz parte da zona rural de Paragominas. Dessa forma, mais de 100 jovens e adultos tiveram acesso a uma educação de qualidade e a

oportunidade de se qualificar para o mundo do trabalho. Além de estar presente na zona rural nesse ano, o Campus também inovou no sentido de iniciar uma turma de Pós-Graduação Lato Sensu: Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas. O objetivo dessa Especialização é a formação dos professores da rede pública municipal de ensino, bem como de servidores do Campus. Neste caso, ofertaram-se 50 vagas.

Em dezembro desse mesmo ano, também foi disponibilizado à comunidade de Paragominas um Curso de Técnico em Informática na modalidade de Educação a Distância – EAD. Para tanto, realizou-se uma chamada pública para o preenchimento de 50 vagas. Dessa forma, encerram-se as atividades do Campus com um rol maior de serviços ofertados a população de Paragominas. É importante salientar a expressiva quantidade de vagas para cursos que foram oferecidas no ano de 2016, atingiu-se um total de 330 alunos matriculados ainda no primeiro semestre, esse fato representa um acréscimo de 206,25% em comparação com o anterior.

No ano de 2017, o IFPA traz a comunidade local a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, na oferta de três turmas inicialmente nos cursos de informática e meio ambiente, destacando-se nessa oferta a grande parceria com a Prefeitura Municipal de Paragominas, a qual contribuiu com a contratação de professores cujo quadro profissional o Campus ainda não possuía, e com a oferta de merenda escolar para os alunos desses cursos.

6.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Assumem-se, no projeto político pedagógico do campus, como linha de pensamento as teorias progressivas (críticas) da pedagogia que se sustentam em Marx, Snyders, Manacorda, dentre outros. Entendem-se teorias progressivas aquelas que “analisam de forma crítica as realidades sociais, cuja educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social, explicando o papel do sujeito como um ser que constrói sua realidade” (Portal da Educação, 2017). O indivíduo, assim, é capaz de subverter a sociedade, não no sentido negativo, mas no sentido de transcender sua classe social tendo elementos na sua formação capazes de fazê-lo ver o mundo da forma como ele é: sua estrutura, seu modo de produção, sua política, sua economia, etc. Conhecendo que no mundo o indivíduo é capaz de transformá-lo.

Considere-se, para tanto, o pensamento de Paulo Freire com a proposta de Educação libertadora e o de Demerval Saviani e Cipriano Carlos Luckesi com a proposta da Pedagogia Histórico-crítica ou Crítico-social dos conteúdos para nortear o fazer pedagógico do IFPA Campus Paragominas. Ambas teorias assumem um caráter pedagógico e político ao mesmo tempo. Na proposta de Educação libertadora de Paulo Freire entende-se que a educação é uma ferramenta de conscientização e de transformação da realidade. Já a proposta da tendência Crítico-social dos conteúdos ou Histórico-crítica, por sua vez, entende que cabe a escola a tarefa de garantir a apropriação crítica do conhecimento científico e universal tornando-se uma arma de luta importante para emancipação humana. Cabe ressaltar que uma não exclui a outra, mas se complementam entre si.

Ambas entendem o indivíduo como ser ativo, capaz de participar de forma efetiva na sociedade e não apenas como meros cumpridores de papéis. Contudo, isto só será possível se o indivíduo for capaz de dominar o conhecimento, tornando-se um indivíduo crítico e atuante no sentido de eliminar a seletividade social tornando a sociedade mais democrática e justa. Isto pressupõe uma apropriação do conhecimento institucionalizado, sem abrir mão

das vivências, assim como ressalta Saviani (2007) apud Marques (2014, p. 47) “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”.

Nessa compreensão, para que isto se consolide na prática é preciso ter clareza em relação aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sobre processo de ensino, seus objetivos e metodologias e a quem ele se destina para então a educação fazer sentido e de fato cumprir seu papel como ferramenta de libertação social. E cabe ao IFPA Campus Paragominas enquanto instituição de educação possibilitar aos seus discentes uma educação humanizadora, libertadora e emancipatória no sentido de formar uma sociedade mais democrática e equânime.

A partir desse entendimento, sinalizam-se alguns princípios que devem acompanhar a prática pedagógica do IFPA campus Paragominas como: a pesquisa como princípio pedagógico, o trabalho como princípio educativo e o respeito à diversidade. Tais princípios ajudam a delinear os rumos condutores da prática pedagógica do campus.

6.3 Organização didático-pedagógica da instituição

Neste item, é apresentado o plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

- **Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares**

No campus Paragominas, parte-se da construção e efetivação do currículo integrado, buscando a formação do ser humano como sujeito participante no mundo do trabalho, do viver em sociedade, no currículo integrado está predisposto à integração dos conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional, interligado a formação para as ciências, tecnologia, a cultura, da educação, formando assim, um cidadão, com atitudes e valores, crítico, ético e participativo.

- **Oportunidades diferenciadas de integralização curricular:**

Parte-se do princípio que a prática educativa pautada em projeto possibilita aos discentes dos cursos das áreas técnicas da educação profissional e da educação superior (licenciatura, bacharelado e tecnologia) uma experiência prática e teórica sobre a área de conhecimento e sobre o campo de atuação profissional futuro, baseada nos princípios da interdisciplinaridade, onde as áreas de conhecimentos dialogam entre si na busca da construção de saberes e conhecimentos novos pelo principal agente do processo ensino e aprendizagem, o aluno.

Nesse sentido, apontamos algumas considerações pertinentes ao desenvolvimento dos projetos integradores no IFPA Campus Paragominas. Em vista a Resolução nº 06 de 2012 deve-se pensar no trabalho com projetos integradores de maneira a articular os conteúdos e saberes intrínsecos na formação discente de maneira que estes sejam alocados em um currículo contínuo, articulado com as experiências profissionais, com o mundo do trabalho, com a estrutura sócio ocupacional, e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens e de serviços que orientam e configuram uma formação profissional sólida. A mesma resolução aponta para a importância da indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade assegurada no currículo e incorporada na prática pedagógica como forma de superação da fragmentação do conhecimento.

-

- **Atividades práticas e estágio**

O objetivo do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Espera-se que, com isso, o aluno tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional. O Estágio Supervisionado baseia-se em um treinamento que possibilita aos estudantes vivenciarem o que aprenderam durante a graduação (MAFUANI, 2011).

Compreende-se o Estágio Curricular Supervisionado como prática educativa indispensável, a uma experiência com dimensões formadora e sócio-política, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, com a atividade curricular intencionalmente, direcionada e planejada, integrando-se ao currículo do curso, buscando aprimorar os conhecimentos e as habilidades importante ao exercício profissional, conforme o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.788, de 2008.

- **Desenvolvimento de materiais pedagógicos**

O desenvolvimento de materiais pedagógicos insere-se no planejamento docente e fica a critério deste desenvolver esses materiais, tendo em vista a indicação de propostas do curso e do campus, sem deixar de considerar as atividades integradoras como as feiras e exposições que são resultados dos projetos de pesquisas e extensão que desenvolvem esses materiais de acordo com os currículos dos cursos ofertados na educação profissional.

- **Incorporação de avanços tecnológicos**

Quando se trata de incorporação de avanços tecnológicos, na concepção de formação integrada, a incorporação dos avanços tecnológicos é uns dos pré-requisitos para a formação integrada, e por conseguinte da inserção no mundo do trabalho, como Pacheco (2016) aponta para o rompimento da visão do ensino médio integrado, como algo ‘adestrador’ e ‘fragmentado’, pensando em um ensino que ofereça uma formação ampla nos diferentes aspectos do desenvolvimento individual, integrando os jovens na sociedade, levando-os a entender a ciência e discuti-la, para entender o que impulsionam o processo produtivo e as relações sociais geradas com o sistema produtivo. Indo além da política implantada no país na década de 90 que apresentava uma dualidade entre ensino médio e educação profissional.

6.4 Políticas de Ensino

A política de ensino do Campus Paragominas é gerida pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Inovação, que direciona as ações do ensino desenvolvidas no campus, em especial dos cursos técnicos de nível médio, em vista das Diretrizes da Educação Profissional de Nível Médio estabelecida pela resolução nº 06/2012 e resoluções estabelecidas pela Pró-Reitoria de ensino do IFPA- PROEN, como o regulamento didático pedagógico do ensino (2015) e mais recentemente o projeto pedagógico institucional do IFPA (2017). Na oferta de cursos, o campus oferece desde os cursos de formação inicial e continuada, os cursos de educação profissional de Nível Médio na forma de oferta integrada regular e Proeja médio e subsequente, pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em parceria com o Campus Castanhal, além de estender a oferta para a Vila da CAIP com o Proeja Médio, atendendo ao objetivo do Plano Nacional de Educação – PNE de maneira a oferecer oportunidades para a população da idade adulta a desenvolver sua qualificação.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico regem-se por um conjunto de princípios que incluem o da sua articulação com o ensino médio e os comuns com a educação básica, também orientadores da educação profissional, que são os referentes aos valores estéticos, políticos e éticos.

Outros princípios definem sua identidade e especificidade e, além disso, se referem ao desenvolvimento de competências para o trabalho, à interdisciplinaridade e à contextualização na organização curricular, à identidade dos perfis profissionais de conclusão, à atualização permanente dos cursos e seus currículos, e à autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Logo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pela LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos dessa instituição.

Considerando a autonomia pedagógica da instituição, a concepção de formação técnica e o marco legal, segundo o artigo 6º da resolução CNE/CEB nº 6/12, busca-se articular o ensino médio e a preparação para o exercício profissional; respeitar os valores estéticos, políticos e éticos da educação no desenvolvimento para a vida social e profissional; trabalho assumido como princípio educativo, integrado com ciência, tecnologia e a cultura; articulação da educação básica e a educação profissional e tecnológica, integrando os saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo princípios pedagógicos; valorização da indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, indissociabilidade entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem; a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica; contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

Além de realizar a articulação com o desenvolvimento socioambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, observando os arranjos sócio produtivos e suas demandas locais; reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade; reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo; reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas; flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos; identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

6.5 Políticas de Extensão

O intercâmbio do conhecimento produzido no IFPA com a sociedade é de

fundamental importância para a modificação da realidade local, contribuindo de forma crucial na formação sólida de estudantes e profissionais, assim como trazendo benefícios à comunidade. Sendo assim, com base na Resolução nº174/2017 – CONSUP, a extensão do IFPA – Campus Paragominas se fundamenta nos seguintes objetivos:

- Fomentar as ações de extensão no IFPA – Campus Paragominas às comunidades interna e externa, articuladas com o ensino, a pesquisa e a inovação, na perspectiva da promoção dos direitos sociais e educacionais, e no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental da região de abrangência do Campus;

- Reafirmar a extensão do Campus Paragominas como processo acadêmico definido e efetivado em função da realidade educacional, indispensável na formação do estudante para o trabalho e para a sociedade, adicionalmente contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência social, cultural, ambiental e política, formando um profissional cidadão;

- Priorizar as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais como as relacionadas com as áreas de educação, cultura, direitos humanos e justiça, saúde, tecnologia e produção, comunicação, meio ambiente, geração de emprego e de renda;

- Desenvolver parcerias institucionais estratégicas, que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do Campus;

- Promover a interação do Campus Paragominas com a comunidade, por meio da participação dos servidores e discentes em ações integradas com as administrações públicas, os arranjos produtivos e as entidades da sociedade civil, visando o atendimento das necessidades de qualificação, re-qualificação ou reconversão profissional dos trabalhadores, a partir da construção de formas próprias de educação que respondam às demandas de grupos sociais;

- Propor, promover e fomentar cursos de valorização social, de formação inicial e continuada, presenciais e à distância, com vistas a atender as especificidades dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais locais, dos municípios de abrangência do IFPA – Campus Paragominas;

- Integrar e desenvolver os programas e os espaços destinados ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, estágios, acompanhamento de egressos e visitas técnicas, Rede Observatório do Mundo do Trabalho e as políticas que regem essas ações;

- Assistir, incentivar e promover projetos voltados à inclusão, buscando soluções para a superação de realidades de excluídos, proporcionando à população direito aos bens sociais no âmbito da educação profissional;

- Apoiar programas e projetos que auxiliem arranjos produtivos locais, agricultura familiar, empreendimentos solidários, comunidades tradicionais, movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores e outras formas de organizações coletivas, por meio da economia solidária, do cooperativismo e de outras formas autogestionárias, constituindo espaços de reflexão e articulação que permitam a superação dos problemas decorrentes da exclusão social, precarização das relações de trabalho e escassez da renda;

- Promover a implantação de mecanismos de fomento às economias solidárias e criativas, a exemplo de Incubadoras Multicampi, e coordenar suas ações, através de parcerias com a sociedade e desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão promovidos por Programas internos e externos ao IFPA – Campus Paragominas;

- Promover ações de responsabilidade social no que se refere à sua contribuição em relação à memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

- Apoiar o desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e saúde, bem como de desempenho competitivo nas oportunidades locais e regionais.

Com o intuito de concretizar os objetivos relacionados a esta Política, o Campus desenvolve atividades extensionistas, tendo sempre o propósito de fomentar a formação, difusão e a articulação do saber científico-cultural na sociedade interna e externa ao campus. Tais atividades são realizadas através de projetos de extensão e eventos, entre eles:

- **Laboratório de Robótica e Computação Aplicada (Labótica):** o qual é formado por discentes do eixo tecnologia, sob a orientação de professores do curso e demais que desejam colaborar, seu objetivo é desenvolver pesquisas nas áreas da saúde e ambiental, envolvendo os alunos por meio da aprendizagem colaborativa e boas práticas do ensino de programação voltada à robótica;

- **CORAL IFPA – Campus Paragominas:** este projeto é executado e desenvolvido por meio de práticas que promovem um ambiente de aprendizagem significativa, interdisciplinar e contextualizado, que possibilita a relação teoria e prática. São desenvolvidas atividades integradoras, as quais possibilitam a construção do conhecimento de forma mais significativa, estimulando a capacidade pessoal do coralista de mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários à formação cidadã;

- **Vocacional dos Cursos Técnicos do IFPA- Campus Paragominas:** nesse evento são realizadas ações de divulgação dos cursos durante as visitas programadas das escolas municipais, além de visitas às Universidades para incentivar os alunos dos cursos técnicos a decidirem o possível curso para ingresso na Universidade. Os resultados atingidos incluem a participação da comunidade externa (alunos do Ensino Fundamental de escolas municipais) em ações de extensão, contribuindo para integração da comunidade escolar com a sociedade.

- **Educação Ambiental e Sanitária nas Escolas:** os resultados atingidos até o momento incluem a participação da comunidade externa (alunos do Ensino Fundamental de escolas municipais) em ações educativas sobre Meio Ambiente, contribuindo para integração da comunidade escolar com a sociedade. Além disso, foi possível perceber um amadurecimento na formação técnica dos alunos participantes do projeto (executores). Foi publicado um trabalho em evento institucional, o qual fora apresentado por um dos participantes do projeto, contribuindo também para sua formação acadêmica;

- **“Não fique em xeque!”:** suas atividades objetivam aprimorar e aprender sobre o jogo de xadrez, para usufruto do lazer, saúde e relações interpessoais. Dentre os resultados atingidos pelo projeto estão a socialização e integração dos alunos praticantes de xadrez em um espaço comum para o jogo, bem como a inclusão daqueles que possuíam interesse em aprender, mas não tinham oportunidade. Destaca-se também a participação em competições escolares de seis alunos integrantes do projeto, os quais foram agraciados com medalhas nos Jogos Intercolégiais de Paragominas.

6.6 Políticas de Pesquisa

Compreende-se a pesquisa como uma prática que requer reflexão, poder de questionar, curiosidade frente ao desconhecido e capacidade investigativa, a qual proporciona a produção de conhecimento suscitando a criatividade do próprio educando e

fomentando uma proposta de emancipação do indivíduo. No entanto, este “caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas será conquista de dentro, construção própria” (Demo, 2006, p.17). Desta forma, o ensino tradicional fundamentado no repasse de conteúdos escolares fora do contexto e da realidade, sem significado efetivo para o aluno e que não atende as exigências do mundo atual, seja ele na educação básica, na educação técnica ou na universidade, perde seu sentido. Nesse âmbito, a pesquisa entra como fator de elevada importância para o indivíduo aprender a aprender, aprender a pensar, aprender a fazer e então ter “capacidade de elaboração própria” (Demo, 2006, p.18) e cabe aos docentes criar contextos, conceber ações e desafiar os alunos para que a aprendizagem ocorra.

O IFPA – Campus Paragominas além de entender a pesquisa como princípio educativo no sentido de fomentar a capacidade de criação dos discentes e de possibilitar uma maior interação entre docentes e discentes, igualmente vê a pesquisa no seu aspecto qualitativo que de acordo com Chizzotti (2006, p. 90) “se fundamenta em uma ética e uma concepção alternativa de produção popular do conhecimento, segundo a qual as pessoas comuns são capazes de compreender e transformar sua realidade” que se reflete diretamente no processo de aprendizagem e no processo de formação do indivíduo e do cidadão.

Nesse sentido, o IFPA – campus Paragominas, com o intuito de educar através da pesquisa e para fugir do mero repasse de conhecimento, adota, de acordo com Demo (2006, p. 90), as seguintes nuances:

- A meta é o novo mestre, que aprende a aprender; sua marca é saber criar soluções, construir alternativas no diálogo produtivo com a realidade;
- Essencial é motivar a elaboração própria, dentro dos respectivos contextos, ou seja, de modo aproximativo, crescente, atrativo, passando pela pesquisa como método essencial;
- É mister fomentar o trabalho fora do ambiente da aula, em contato com biblioteca, material escrito em geral, na discussão conjunta e participativa, que permita o desafio de encontrar e produzir soluções, pelo menos de sínteses pessoais;
- É relevante a insistência na aplicabilidade dos conhecimentos, por onde entra um primeiro raio de prática, buscando exercícios que evidenciem isso; é precisar cotidianizar o saber, para evitar que a escola, de tão formal, se segregue da realidade diária;
- É fundamental, o contato com material didático que motive o espírito questionador em geral e o diálogo persistente com a realidade, ao contrário de meros “manuais”, “apostilas”, receitas empobrecidas feitas para empobrecer.

Sendo assim, este Campus promove o fomento e acompanhamento das atividades no âmbito da pesquisa, por entender que a tríade “ensino, pesquisa e extensão” é indissociável e indispensável para a formação do corpo discente enquanto cidadão críticos, capazes que contribuir para a construção de uma sociedade justa e preocupada com as questões socioeconômicas.

Neste ínterim, com a parceria de docentes, discentes e técnico-administrativos, alguns projetos de pesquisa são desenvolvidos no Campus Paragominas, aqui destacados: Geração e disseminação de tecnologias sociais para fortalecimento da Agricultura Familiar paraense; Análises e Perspectivas Quanto a Evasão Escolar do Curso Técnico em Rede de Computadores Integrado a EJA do Instituto Federal do Pará, Campus Paragominas; Jogos Matemáticos para Deficientes Visuais; Uma Solução de Treinamento para Escrita de Redações Baseada em Modelos de Áudio e Avaliação Automática; Tecnologia Educacional para a

Compressão do Algoritmo da Divisão Sob a Ótica da Gamificação; e, Análise do Fluxo das Bacias dos Municípios de Paragominas e Ipixuna do Pará.

Deste modo, ao incitar um ensino baseado na pesquisa, caminha-se para uma perspectiva da formação integral dos alunos, sendo eles capazes de problematizar as questões pedagógicas, terem uma visão crítica sobre o conhecimento e a realidade, cotidianizar o conhecimento às suas vivências e serão capazes enfim, de aliar saber à mudança, ou seja, preparados para promoverem transformações na realidade que os cercam. Articula-se as coordenações dos cursos com a coordenação de pesquisa e extensão, no acompanhamento e suporte dos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos docentes e alunos.

6.7 Políticas de Educação a Distância

Devido aos avanços tecnológicos e, conseqüentemente pela disseminação da Internet, é possível constatar que a Educação a distância (EAD) se fortaleceu significativamente nos últimos anos no Brasil. De modo complementar, este processo também advém das novas necessidades das organizações e do mundo do trabalho atual. Diante disso, por utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, a EAD pode ser previamente caracterizada por ser uma modalidade de ensino em que os envolvidos, ou seja, professores e alunos, encontram-se em locais diferentes no momento do compartilhamento do conhecimento.

Levando em consideração este contexto, o IFPA – Campus Paragominas, localizado estrategicamente no município de Paragominas, que é o município com maior população e expressividade econômica da Microrregião de Paragominas, uma das sete microrregiões da Mesorregião do Sudeste Paraense, objetiva formar profissionais que possam atender a demanda existente nesta microrregião econômica, que além do município de Paragominas, conta ainda com os municípios de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Rondon do Pará e Ulianópolis. Deste modo, devido a área desta região que é de 48.3777,604 km², é necessário utilizar mecanismos que possibilitem a oferta de educação de qualidade em todas as cidades pertencentes à esta microrregião paraense (IBGE, 2012). Entretanto, a proximidade geográfica, não implica, diretamente, na possibilidade de acesso do aluno à instituição. A dificuldade ou falta de acesso tem como justificativa a inexistência ou precariedade de uma rede de serviço de transporte público ou dificuldade de mobilidade física, horários e ritmos de trabalhos incompatíveis com um ensino presencial, entre outros. Assim, levando em consideração a característica básica do uso das TICs, que é encurtar distâncias, a EAD surge como uma ferramenta capaz de abranger várias localidades, inclusive as mais remotas, sem necessidade de deslocamento do aluno, possibilitando ainda que o aluno possua total autonomia relação a seu tempo de estudo.

Contudo, independentemente da dificuldade de acesso ou qualquer outro tipo de restrição, a Constituição de 1998 garante a todos os cidadãos o direito à educação de qualidade. Deste modo, IFPA – Campus Paragominas como instituição federal de ensino, tem a responsabilidade de contribuir para que isso se torne uma realidade. A EAD é uma das alternativas para garantir este direito, ampliando a oferta institucional sem sobrecarregar sua infraestrutura física e promovendo a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino.

A educação a distância pode ser compreendida como um amplo sistema de comunicação e interação baseada na ação conjunta de recursos didáticos e tutoria que propicia a estruturação de um processo educativo baseado no diálogo didático centrado na

mediação pedagógica entre o professor, a instituição de ensino e o estudante (DELPITZO, MATUZAWA, 2007).

Na EAD a mediação pedagógica deverá ser realizada a partir de metodologias ativas que são capazes de realizar a interação entre todos os envolvidos no processo e demais atividades que favoreçam a efetivação do ensino e da aprendizagem (FREIRE, ROCHA, RODRIGUES, 2006). Portanto, é primordial a disponibilização de infraestrutura tecnológica adequada, a partir da utilização de equipamentos de hardware e softwares, como também o uso de metodologias construtivistas que permitam gerar iniciativas sensíveis ao contexto social do ensino.

A utilização de metodologias construtivistas pode estimular a autonomia dos estudantes de modo que compreendam os desafios educativos da sociedade atual. Além disso, elas contribuem para as distintas descobertas em diversas áreas do conhecimento, desde que estejam inseridas em ambientes diversificados de aprendizagens que extrapolem a sala de aula.

Na educação à distância as convicções pedagógicas devem ser orientadas por novos rumos no aprendizado e no conhecimento. Para tanto, faz-se necessário a presença do professor transformador de atitudes que assume o seu papel decisivo no desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos, a ponto de proporcionarem o desenvolvimento de uma prática pedagógica ativa, ou seja, centrada no aluno (DEMO, 2011).

O IFPA – Campus Paragominas parte do pressuposto que a educação a distância, como uma série de ações inclusivas, assume uma política de EaD com o objetivo de:

Ampliar de modo diversificado a oferta educativa institucional; superar as barreiras geográficas e temporais, promover a integração entre os diversos níveis e modalidades educacionais; fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem, independentemente da modalidade; e, ampliar as ofertas de educação profissional de qualidade (PPP - IFRN, 2012, p. 174).

Por fim, levando em consideração os princípios norteadores da EAD do IFPA – Campus Paragominas, partimos da ideia de que essa modalidade educacional é interpretada como uma oportunidade de integração entre alunos e professores que queiram fortalecer e incentivar a produção de inovações tecnológicas em todos os níveis.

6.8 Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva

A Constituição Federal afirma que a educação é um direito de todos para o desenvolvimento e livre exercício de cidadania e qualificação para o trabalho (C.F art. 205). Nesse sentido, O IFPA/Campus Paragominas parte do pressuposto que ações de educação inclusiva devem contribuir para valorização e garantia do direito de todos à educação.

De acordo com o PPP do IFRN (2012, p.180), a inclusão é o ato de assegurar e garantir o direito de qualquer cidadão. Na defesa por uma oferta de educação igualitária e inclusiva elegemos alguns princípios orientadores:

- O respeito aos direitos humanos universais;
- A garantia legal de uma educação para todos (pública, gratuita e de qualidade);
- A defesa por igualdade nas condições de acesso, de permanência e de conclusão;
- A conjugação da igualdade e da diferença como dimensões indissociáveis a qualquer proposição sociopolítico-educacional;

- A adequação das práticas pedagógicas;
- O apoio pedagógico especializado;
- A valorização das capacidades humanas em desenvolvimento;
- A preservação da identidade humana;
- A autonomia individual;
- A liberdade humana de fazer as próprias escolhas;
- A não discriminação;
- A participação e a inclusão plenas e efetivas na sociedade;
- A defesa do interculturalismo;
- A interação entre escola, família e comunidade;
- O respeito à diferença;
- A igualdade de oportunidades; e
- A acessibilidade total (PPP - IFRN 2012, p.180).

O campus Paragominas vem se organizando para garantir as políticas de educação inclusiva a partir da criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo dessas ações buscará desenvolver a chamada cultura da educação para a convivência e a aceitação da diversidade humana (MEC / SETEC, 2002).

6.9 Políticas de Educação Ambiental

A educação ambiental está presente no ensino, na pesquisa e na extensão do IFPA – Campus Paragominas. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/1999, Art 1º.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Os objetivos da Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA são:

- a) Desenvolver de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- b) Democratizar as informações;
- c) Fortalecer a consciência crítica sobre a problemática social e ambiental;
- d) Incentivar à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável na preservação do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- e) Estimular à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- f) Fomentar e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- g) Fortalecer a cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Em consonância com a PNEA, Lei 9.795/99, o IFPA – Campus Paragominas apresenta o curso técnico em meio ambiente que por sua vez tem como proposta um conjunto de ações voltadas à educação ambiental. São elas:

1. Educação ambiental como tema transversal de atividades interdisciplinares;
2. Celebração da semana da água;
3. Feira de Ciências como temática voltada à valorização do meio ambiente
4. Projetos de pesquisa e extensão que tratam da atividade da reciclagem de papeis;
5. Abordagens metodológicas que envolvam discussões ambientais no âmbito regional e local; e,
6. Respeito à pluralidade cultural.

Por fim, destacamos que outras políticas voltadas a valorização ao meio ambiente estão sendo pensadas com vistas ao fortalecimento da geração de uma consciência que perdure para toda a vida. Isso só pode ser possível porque acreditamos que o futuro começa agora com a consecução de nossas ações cotidianas.

6.10 Políticas de Educação no Campo

As ações educacionais do IFPA – Campus Paragominas voltadas para o campo, mais especificamente para a zona rural são uma das principais prioridades dessa Instituição. Isso se dá devido ao conjunto de práticas e reflexões que são materializadas a partir da consecução das atividades de ensino, pesquisa e extensão proposta em seu Projeto-Político e Pedagógico.

O IFPA- Campus Paragominas parte do pressuposto de que é necessário “ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional” (CALDART, 2008, p.21). Nesse sentido, isso nos revela que a educação voltada para o campo precisa ser (re) pensada de maneira que seja levado em consideração os valores regionais de forma que se evidencie as identificações dos integrantes de cada comunidade local.

De acordo com o Art. 3º da resolução CNE/CEB (2002, p.1): o Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Com o intuito de dialogarmos com os princípios da resolução CNE/CEB (2002) apresentamos no ensino cursos específicos direcionados ao campo, como técnico subsequente em informática e FIC agricultura, que funcionam na comunidade da CAIP, além disso, temos também a especialização em educação do campo, agroecologia e questões pedagógicas que tem como público alvo os professores que lecionam na zona rural de Paragominas-PA. Na pesquisa e na extensão os projetos trazem reflexões e soluções para os fenômenos sociais problematizados no contexto do cotidiano do homem do campo.

As propostas educacionais do IFPA – Campus Paragominas observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (CNE/CEB, 2002, p.2).

Por tudo isso, entendemos que não basta somente direcionar ações, atividades ou reflexões voltadas para o homem ou a mulher do campo. Na realidade, é necessário que seja gerada uma consciência nas pessoas pautada no respeito à diversidade cultural, na qualidade de vida das pessoas e na relação sustentável entre as atividades que envolvem a participação do homem do campo e da cidade.

6.11 Política de Certificação Profissional

No IFPA Campus Paragominas, a partir de análise dos documentos oficiais e de considerações a respeito das condições pedagógicas e administrativas, definiram-se as seguintes diretrizes para a atuação institucional na certificação profissional:

- A certificação profissional deve ocorrer por iniciativa e desenvolvimento institucional ou por meio de programas interinstitucionais da rede CERTIFIC.
- Anualmente deve ocorrer a publicação de edital para processo de certificação profissional estando este de acordo com as condições operacionais de execução.
- Somente os cursos que já tenham turmas concluídas podem passar pelo processo de certificação profissional.

Deste modo, tomando por referência estas definições, apresentam-se os indicadores metodológicos para os programas de certificação profissional, tendo como fundamentação: as modalidades e os requisitos de acesso.

Com relação às modalidades e aos requisitos de acesso, a certificação profissional do IFPA Campus Paragominas deve ocorrer nas seguintes modalidades:

- Curso FIC de aperfeiçoamento ou atualização profissional, com carga horária livre, para complementação do certificado de qualificação profissional;
- Curso FIC de qualificação profissional integrado ao Ensino Fundamental na modalidade EJA (PROEJA FIC Fundamental), com mínimo de 200 horas de Educação Profissional e 1.200 horas de formação geral, ofertado por meio de convênio com escolas públicas de Ensino Fundamental EJA;
- Curso FIC de qualificação profissional subsequente ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, com mínimo de 160 horas de Educação Profissional;
- Curso técnico integrado na modalidade EJA (PROEJA Técnico), com mínimo de 1.200 horas de formação geral e carga horária conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Curso técnico subsequente, com carga horária conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; e,
- Curso superior de tecnologia, com carga horária conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O processo de certificação profissional contempla o reconhecimento de saberes, habilidades e aptidões profissionais e constitui como etapa do processo de seleção

para ingresso nas formações educacionais ofertadas pelo IFPA Campus Paragominas.

6.12 Responsabilidade Social do Campus

O IFPA-Campus Paragominas possui uma política de Responsabilidade Social pautada na valorização das pessoas, no respeito ao meio ambiente e no incentivo ao desenvolvimento local. Essa política é concretizada em todas as ações acadêmicas desse Campus que passa pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No ensino, o foco está na formação cidadã, onde professores e alunos preocupam-se em problematizar questões reais oriundas da comunidade local. Esse movimento proporciona total aproximação desses sujeitos a grupos sociais locais que necessitam de soluções criativas para a resolução de dificuldades confrontadas em seu cotidiano.

Na pesquisa, a prioridade está centrada na criação de novos conhecimentos que servirão para o melhor entendimento de um fenômeno social. Nesse sentido, muitas dimensões desse fenômeno serão analisadas sob a luz de teorias, metodologias e reflexões que subsidiarão tomadas de decisões futuras de organismos públicos, privados e do terceiro setor.

O IFPA/Campus Paragominas incentiva projetos de extensão que priorizam a comunicação entre professores, alunos dessa Instituição de ensino e membros da sociedade civil do município de Paragominas. Esses projetos abrangem setores sociais estratégicos como: empreendedorismo, arte e cultura e, além disso, eles são frutos da responsabilidade social desse Instituto que está voltada para a formação de cidadãos comprometidos com sua comunidade global e local.

Os Projetos de Extensão do IFPA/Campus Paragominas são considerados atividades extramuros por proporcionar ao aluno desse Instituto uma vivência prática que possibilita sua inserção na sociedade paraense/paragominense de forma contributiva. Essa é uma forma desse aluno adquirir experiências para sua carreira acadêmico-profissional, como também é uma maneira de consolidar seu processo de ensino e aprendizagem.

7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

7.1 Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023

Quadro 8 – Cursos em funcionamento no ano de 2018.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno de funcionamento	Regime de matrícula	Situação em 2018		
						Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas
Fundamental	Montagem e Manutenção de Computadores	Presencial	FIC Concomitante EJA	M/T	-	40	3	120
Fundamental	Regente de Banda	Presencial	FIC	N	-	40	1	40
Médio	Informática	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	4	160
Médio	Meio Ambiente	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	2	80
Médio	Administração	Presencial	Subsequente	N	Semestral	40	1	40
Médio	Informática	Presencial	Subsequente	N	Semestral	40	1	40
Médio	Redes de Computadores	Presencial	Subsequente	N	Semestral	40	1	40
Médio	Rede de Computadores	Presencial	Concomitante	N	Anual	40	1	40
Médio	Informática	EaD	Subsequente	-	Semestral	50	1	50
Pós-graduação	Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas	Presencial	Especialização	M/T	Semestral	50	1	50
	Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e	Presencial	Mestrado	M/T	Modular	25	1	25

Pós- graduação	Gestão de Empreendimentos Agroalimentares							
-------------------	---	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

Quadro 9 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno	Programação Anual da Oferta de Vagas para os Processos Seletivos															
					2019			2020			2021			2022			2023			Total de vagas de 2019 a 2023
					Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	
Médio	Administração	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	1	40	40	2	80	40	2	80	40	2	80	280
Médio	Informática (Sede)	Presencial	Integrado	M/T	40	2	80	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	240
Médio	Informática (CAIP)	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	160
Médio	Meio Ambiente	Presencial	Integrado	M/T	40	1	40	40	2	80	40	2	80	40	2	80	40	2	80	360
Médio	Redes de Computadores	Presencial	Integrado (EJA-EPT)	M/T	40	2	80	40	2	80	40	2	80	40	2	80	40	2	80	400
Médio	Administração	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Médio	Informática para Internet	EaD	Subsequente	-	0	0	0	40	2	80	40	2	80	40	2	80	40	2	80	320
Médio	Instrumentista de Banda	Presencial	Subsequente	N	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	150
Médio	PROEJA em Administração	Presencial	Integrado (EJA - EPT)	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Médio	Redes de Computadores	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Graduação	Música	Presencial	Licenciatura	N	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	160
Graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	Tecnologia	N	40	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	160
Graduação	Gestão Comercial	Presencial	Tecnologia	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Graduação	Matemática	Presencial	Licenciatura	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Graduação	Gestão Ambiental	Presencial	Tecnologia	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Pós-graduação	Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas	Presencial	Especialização	M/T	50	1	50	50	1	50	50	2	100	50	2	100	50	2	100	400
Pós-graduação	Tecnologias Educacionais	Presencial	Especialização	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	1	50	50	1	50	100
Pós-graduação	Administração	Presencial	Especialização	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	1	50	50	1	100	100

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023)

8 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Neste capítulo, serão apresentados a composição, plano de carreira, critérios de seleção e contratação e cronograma e plano de expansão do corpo docente.

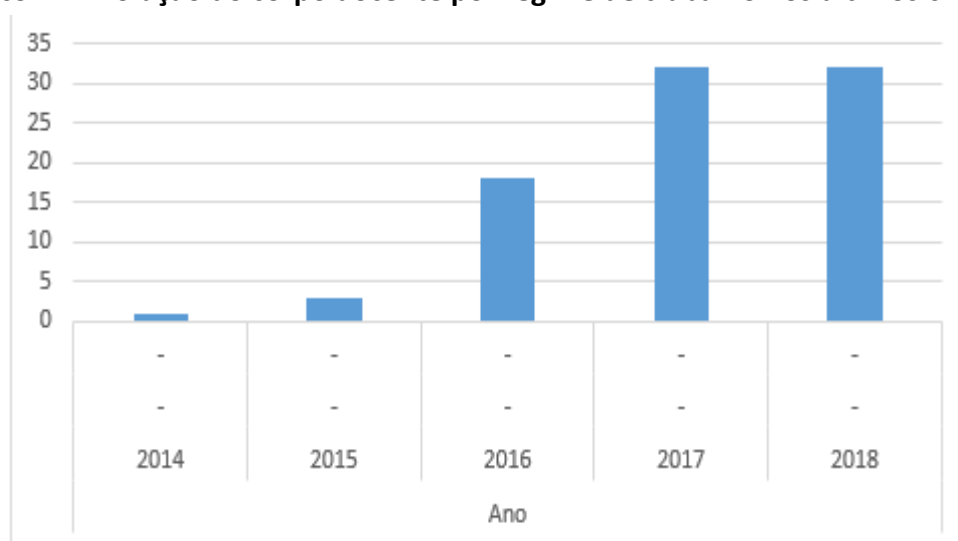
8.1 Composição

Tabela 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
20h	-	-	-	-	-
40h	-	-	-	-	-
Dedicação Exclusiva (DE)	1	3	18	31	32
Total	1	3	18	31	32

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

Gráfico 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.



Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

A **Tabela 2** apresenta o quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Regime de Trabalho	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado
20h	-	-	-
40h	-	-	-

DE	10	18	4
Total	10	18	4

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.2 Plano de carreira

A Lei nº 12.772/2013 estruturou, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A composição da nova Carreira de Magistério Superior, passou a ser composta pelos cargos, de nível superior, de provimento efetivo de Professor do Magistério Superior; Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular - Livre do Magistério Superior; Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; e Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular - Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a lei nº 12.772/2013, assim como os cargos de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do PUCRCE passam a integrar a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta na Lei nº 12.772/2013.

A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e,

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

- I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- IV - para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 144 tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no §1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

§4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio;

II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de

20 de dezembro de 1994, com ônus para o cessionário. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013).

Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:

I - remuneração de cargos de direção ou funções de confiança;

II - retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso. No caso do Campus

Paragominas, todos os docentes são de dedicação exclusiva, seguindo também as disposições da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008.

A **Tabela 3** apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo docente para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de docentes capacitados	10	14	19	19	19

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.3 Critérios de seleção e contratação

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. No concurso público, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação e poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame e estabelecerá as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

8.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público é regida pela lei nº 8.745/93. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de professor substituto e professor visitante. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal Direta, as Autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos na lei nº 8.745/93. A contratação de professor substituto poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de:

- I - vacância do cargo;
- II - afastamento ou licença, na forma do regulamento;
- III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus;

IV - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação;

V - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação;

VI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em 146 atos conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação. O número total de professores não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino.

Ainda segundo a lei nº 8.745/93 a contratação de professor visitante tem por objetivo:

- I - apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu;
- II - contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- III - contribuir para a execução de programas de capacitação docente;
- IV - viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

A contratação de professor visitante deverá:

- I - atender a requisitos de titulação e competência profissional;
- II - ter reconhecido renome em sua área profissional, atestado por deliberação do Conselho Superior da instituição contratante.

São requisitos mínimos de titulação e competência profissional para a contratação de professor:

- I - ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos;
- II - ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e,
- III - ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos.

Excepcionalmente, no âmbito das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, poderão ser contratados professor visitante ou professor visitante estrangeiro, sem o título de doutor, desde que possuam comprovada competência em ensino, pesquisa e extensão tecnológicos ou reconhecimento da qualificação profissional pelo mercado de trabalho, na forma prevista pelo Conselho Superior da instituição contratante. A contratação de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros poderá ser autorizada pelo dirigente da instituição, condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente às despesas decorrentes da contratação e ao quantitativo máximo de contratos estabelecido para a IFE.

A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público. A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo.

8.5 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

O cronograma e plano de expansão do corpo docente foi deliberado de forma participativa e democrática pelos 18 Campi e consolidado pela DGP na Reitoria, atendendo o respectivo padrão de dimensionamento, normas e parâmetros de implementação dos Campi no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, idêntico ao disposto na Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016/MEC.

Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
20h	-	-	-	-	-
40h	-	-	-	-	-
DE	34	45	62	63	65
Total	34	45	62	63	65

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A **Tabela 5** apresenta o plano de evolução de qualificação do corpo docente para a vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Qualificação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	0	0	0	0	0
Especialização	7	12	17	17	17
Mestrado	21	25	33	33	33
Doutorado	6	8	12	13	15
Total	34	45	62	63	65

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.6 Experiência dos docentes no magistério

Atualmente, o Campus Paragominas conta com 36 docentes no corpo de servidores, todos ativos permanentes. Como mostra a tabela 6, a maioria dos docentes possui até 02 anos de experiência em docência no IFPA.

Tabela 6 – Experiência Profissional dos Docentes no IFPA Campus Paragominas.

Anos de Experiência no IFPA	Nº de docentes	% de Docentes
De 0 a 2 anos	23	63,89
De 2 a 4 anos	11	30,55
Mais de 4 anos	2	5,55

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

9 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

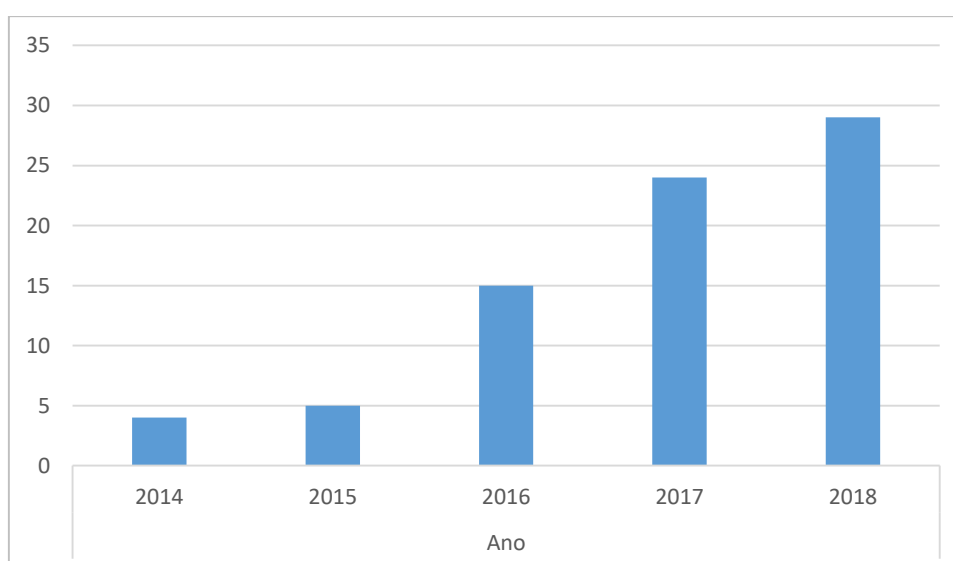
Neste capítulo, serão apresentados a composição, plano de carreira, critérios de seleção e contratação e cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo.

9.1 Composição

Tabela 7– Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
40h	4	5	15	24	29
Total	4	5	15	24	29

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

Gráfico 2 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

Tabela 8 – Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Ensino Médio	Graduação	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado	Total
A	-	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-	-
C	6	3	2	-	-	11
D	2	4	3	1	-	10
E	-	3	4	1	-	8
Total	8	10	9	2	-	29

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A **Tabela 9** apresenta o quantitativo e percentual do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Tabela 9 – Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Quantitativo	Percentual
Classe A	-	-
Classe B	-	-
Classe C	11	37,93%
Classe D	10	34,48%
Classe E	8	27,58%
Total	29	100%

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

9.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira vislumbra as atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências para cada cargo:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

O plano de carreira é distribuído por classe, sendo C, D e E, sendo o nível C de nível fundamental, o nível D de nível médio e nível E de nível superior, conforme estrutura de cargos do órgão e exigência mínima do edital para ingresso neste IFPA.

Formas de Desenvolvimento: conforme plano de carreira dos técnicos administrativos nos termos da Lei nº 11.091/2005 evidenciamos 02 (duas) formas de progressão funcional:

- Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses.

- Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação. O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

9.3 Formas de Desenvolvimento

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de desenvolvimento de pessoas do IFPA. A Tabela 9 apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo técnico administrativo em educação para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 10 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de TAE capacitados	5	6	5	5	6

Fonte: IFPA, 2020 (PDI 2019-2023).

9.4 Critérios de seleção e contratação

O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas no Anexo II da Lei nº 11.091/05, alterada pela lei nº 11.784/2008.

O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreira é o instituído pela Lei nº 8.112, de 10 de dezembro de 1990, observadas as disposições da Lei nº 11.091/05.

9.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

Tabela 11 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Regime de trabalho	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
20h	0	0	0	0	0	0
40h	29	35	40	31	35	40
Total	29	35	40	31	35	40

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

Tabela 12 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Qualificação	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
Ens. Fundamental Incompleto	0	0	0	0	0	0
Alf. Sem Curso Regular	0	0	0	0	0	0
Ensino Fundamental Completo	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	8	3	2	4	4	5
Ensino Médio Técnico	0	0	0	0	0	0
Graduação	10	17	18	11	15	11
Especialização	9	12	14	12	12	12
Mestrado	2	3	4	4	4	12
Doutorado	0	0	2	0	0	0
Total	29	35	40	31	35	40

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10 INFRAESTRUTURA

10.1 Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC

Tabela 13 – Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.

Infraestrutura	Área atual em m ²	Qtde atual (Unidade)	2019	2020	2021	2022	2023
Área de Convivência/ Lazer	2.040,75	4	4	4	4	4	5

Quadra de Esporte/Ginásio	1094,26	1	1	1	1	1	1
Auditório	163,6	1	1	1	1	1	1
Banheiros	287,73	27	27	27	27	27	39
Biblioteca	161,66	1	1	1	1	1	1
Instalações Administrativas	356,74	15	15	16	16	16	16
Laboratórios de Informática	242,48	3	3	3	3	3	3
Outros laboratórios	303,10	5	5	5	5	5	5
Salas de aula	672	12	12	12	12	12	16
Salas de coordenação de cursos	56	1	1	1	1	1	1
Salas de professores	35,51	1	1	1	1	1	1
Refeitório/Restaurante	509,87	1	1	1	1	1	1
Almoxarifado	0	0	0	1	1	1	1
Alojamento para alunos	0	0	0	0	0	0	0
Outros	965,91	30	30	30	30	30	31

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.2 Biblioteca

As bibliotecas do IFPA têm a função de organizar e preservar todo o acervo bibliográfico incorporado ao patrimônio da instituição. Para isso, as bibliotecas são gerenciadas por um sistema denominado de Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, instituído pela Resolução nº 022/2018-CONSUP de 08 de fevereiro de 2018.

O Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas tem por finalidade promover o desenvolvimento de diretrizes comuns para as bibliotecas do IFPA proporcionando os meios de compartilhamento de serviços e produtos, propondo e assessorando na tomada de decisão no âmbito do SIB-IFPA, referentes à política de Bibliotecas.

Ao Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas compete: estabelecer diretrizes técnicas e fixar critérios para a priorização de linhas de ação no âmbito do SIB-IFPA; elaborar e propor diretrizes voltadas a permanente melhoria da eficiência e eficácia das ações realizadas pelo SIB-IFPA; desenvolver e acompanhar a política de Bibliotecas (regulamento e regimento), a política de formação e desenvolvimento de coleções (política de atualização do acervo) do IFPA junto a PROEN; articular a realização de eventos que visem à integração e a qualificação dos atores envolvidos nas atividades do SIB-IFPA.

As bibliotecas integrantes do Sistema subordinam-se ao Regimento Geral do IFPA, ao Regimento Interno dos campi, ao Regimento Interno do SIB-IFPA e às demais normas da instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

Além do acervo físico é gerenciado pelo Sistema Pergamum (renovação já solicitada para os anos posteriores), o SIB-IFPA já solicitou a assinatura das normas ABNT, que pode ser acessada mediante a busca integrada no Sistema Pergamum. A consulta ao acervo

e aos serviços: consultas, pesquisas, reservas e renovações podem ser acessadas no endereço eletrônico <http://pergamum.ifpa.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php> e por meio de smartphones <http://www.pergamum.ifpa.edu.br/pergamum/mobile/index.php> e o acesso ao Portal de Periódicos da Capes remotamente, mediante a Rede CAFe http://www-periodicos-capes-gov-br.ez366.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_plogin. Em 2018, o SIB-IFPA foi composto de 17 Campi e 1 Campus avançado.

A Biblioteca do IFPA – Campus Paragominas tem por finalidade oferecer suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão e destina-se, primordialmente, a alunos regularmente matriculados em todos os níveis de ensino do Instituto, seus docentes, servidores e a comunidade em geral para consultas in loco.

A política de desenvolvimento da coleção do acervo da biblioteca é feita por compra de livros que estão vinculados aos planos de curso (bibliografias básicas e complementares), logo, o acervo da Biblioteca é constituído pelos planos de ensino elaborados pelos docentes e aprovados pela instituição.

Os materiais estão catalogados e disponíveis na biblioteca sob forma de livros, DVD, CR-ROM, livros em Braille, audiolivro e revistas e monografias, além de obras de referências tais como dicionários e enciclopédias.

Atualmente, o acervo conta com 972 títulos e 2.828 exemplares catalogados no Sistema Pergamum, sendo disponibilizado via internet podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://pergamum.ifpa.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php> e por meio de smartphones: <http://www.pergamum.ifpa.edu.br/pergamum/mobile/index.php>, possibilitando o usuário de consulta de existência da obra (por Campus), reservá-la ou renovar o seu empréstimo.

10.2.1 Acervo

O acervo da Biblioteca Campus Paragominas é composto de livros, DVD, CR-ROM, livros em Braille, audiolivros; revistas e assinaturas eletrônicas (Portal de Periódicos da Capes e futuramente normas ABNT e Biblioteca digital), além de obras de referências tais como dicionários e enciclopédias.

10.2.2 Serviços oferecidos na biblioteca

10.2.2.1 Acesso ao acervo

Orientação de uso dos computadores que dão acesso a base de dados da biblioteca possibilitando a localização das obras do acervo.

10.2.2.2 Cadastro

Para os discentes do IFPA Campus Paragominas não é necessário fazer um cadastro junto à biblioteca, basta o aluno estar regularmente matriculado. Para os servidores é necessário o cadastro e atualização de informações no balcão de atendimento da biblioteca.

10.2.2.3 Empréstimo

O usuário poderá retirar da biblioteca as obras do seu interesse. Empréstimo por categoria de usuário: Discentes 3 Livros devolução em 7 dias; Servidor Técnico administrativo 3 Livros devolução em 7 dias e docente 5 Livros devolução em 14 dias.

10.2.2.4 Consulta local

Na consulta compreende-se a utilização do material dentro do IFPA – Campus Paragominas. O material deverá ser devolvido no mesmo dia.

10.2.2.5 Renovação

Compreende-se estender a permanência do material emprestado por mais um período, desde que não esteja reservado para outro usuário.

10.2.2.6 Reserva

O usuário poderá reservar a obra de seu interesse, desde que ela não esteja em seu poder, a reserva ficará disponível por 24 horas a partir da data de chegada do material na biblioteca.

10.2.2.7 Devolução

Entrega do material emprestado no balcão de atendimento da biblioteca.

10.2.2.8 Visita orientada

As visitas serão feitas em cada início de semestre em grupos ou individuais terão acompanhamento com orientação no uso das dependências e serviços disponíveis.

10.2.2.9 Elaboração de fichas catalográfica

A ficha catalográfica é formada por um conjunto de dados que representam o trabalho acadêmico (TCC, Dissertação e Tese). Para solicitar a ficha catalográfica, deve-se entrar em contato com a Biblioteca IFPA Campus Paragominas: biblioteca.paragominas@ifpa.edu.br.

10.2.2.10 Orientação a bases de dados e pesquisa bibliográfica

10.2.2.10.1 Assinaturas online existentes

Por meio dos computadores do IFPA – Campus Paragominas é possível acessar: [Portal de Periódicos Capes](#). Tendo ainda como previsão, a assinatura online das [Normas da ABNT e AMN](#).

10.2.3 Espaço físico

O espaço físico da biblioteca do IFPA Campus Paragominas é dividido em sala de catalogação, balcão de atendimento com declive (NBR 9050/2018), copa, pesquisa em computadores, espaço de acervo, espaço HQ (histórias em quadrinhos/gibis), espaço de

periódicos/revistas, cabines de estudo individual, espaço de pesquisa coletiva e guarda volumes.

A biblioteca oferece seus espaços conforme orienta a NBR 9050/2018 (acessibilidade) na porta de entrada, balcão de atendimento, espaço entre as estantes, espaço de computadores, estudo individual. A biblioteca dispõe de lupa de mão, sinalização na porta de entrada em Libras e Braille.

Nos computadores da biblioteca serão instaladas as seguintes tecnologias assistivas computacionais: DosVox, QuimiVox, NVDA e Daysi (ledor de audiolivro).

10.2.3.1 Horário de funcionamento

Horário de funcionamento de 07:00h – 21:00h, de segunda a sexta-feira.

10.2.3.2 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal da Biblioteca é composto de 1 Bibliotecário, 2 Auxiliares de Biblioteca, sendo necessário 1 (um) prestador de serviço (para oferecer os serviços ininterruptos quando os auxiliares estiverem de férias).

10.2.3.3 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo

O IFPA Campus Paragominas destina, anualmente, verba orçamentária para aquisições de materiais bibliográficos, com a finalidade de atualização e expansão do acervo. A política de desenvolvimento da coleção do acervo da biblioteca é feita por compra de livros que estão vinculados aos planos de curso (bibliografias básicas e complementares), logo, o acervo da Biblioteca é constituído pelos planos de ensino elaborados pelos docentes e aprovados pela instituição.

As indicações de aquisição por parte dos coordenadores de cursos devem ser feitas observando-se o estabelecimento de prioridade das obras, com a indicação do que é bibliografia básica e bibliografia complementar e a descrição detalhada das especificações do livro (autor, título, edição, ISBN, quantidade e qual curso solicitante).

Tabela 14 – Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.

Titulação	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares
Livros	531	1237	956	3757	1250	5000	1650	8250	2150	10950	2650	13250
Periódicos	8	56	12	123	12	123	12	123	12	123	12	123
Obras de referência	11	32	20	86	40	134	60	189	70	214	80	256
Vídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DVD/Áudio Livro	30	30	50	50	60	60	70	70	80	80	90	90
CD-ROMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assinatura Eletrônica	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Livros em Braile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Normas da ABNT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Folhetos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Livros Digitais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	581	1355	1039	4016	1363	5317	1793	8632	2313	11367	2833	13719

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.3 Laboratórios de Informática e Equipamentos de Tecnologia da Informação

Tabela 15 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	80	80	10	10	10	10	200
Projetores	5	8	8	0	0	8	29
Televisores	0	3	3	4	0	0	10
Softwares	0	0	0	140	50	50	240
Switch/Roteador	0	0	0	1	1	1	3
Rack 19" U	1	0	0	0	0	0	1
Servidor de rede	0	0	0	1	0	0	1
Nobreak/Estabilizador 3k va montável em rack U	0	0	0	1	0	0	1
Outros	0	0	0	11	7	7	25

Fonte: IFPA (2019), PDI 2019-2023.

10.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo

Tabela 16 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	48	10	5	10	15	10	98
Impressoras	0	0	0	1	0	0	1
Projetores	6	8	0	5	5	5	29
Televisores	2	2	2	25	0	0	31
Nobreak	98	10	10	11	11	10	150
Notebook	3	0	0	0	3	3	9
Software	152	0	82	0	0	0	234
Câmeras IP	0	0	0	1	1	1	3
Switch	5	0	0	4	4	2	15
Outros	115	100	100	170	0	162	647

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades específicas

A infraestrutura do IFPA - Campus Paragominas foi planejada visando o atendimento às pessoas portadores de necessidades específicas, apresentando em seu projeto de construção rampas, elevador e banheiros para portadores de mobilidade reduzida. Além disso, será realizada a contratação de profissionais e serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

10.6 Plano de substituição de veículos

O Campus Paragominas ainda não possui o plano de substituição da frota de veículos devido às medidas de racionalização do gasto público que suspendeu novas aquisições de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, e de locação de veículos, conforme as Portarias nº 67, de 1º de março de 2016 e nº 234, 19 de julho de 2017, alterado pela Portaria nº 179/2019 – ME, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

Art. 1º - Fica suspensa, em 2017, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas a:

I - Aquisição de imóveis;

II - Locação de imóveis;

III - Aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º 5º e 6º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;

IV - Locação de veículos; e

V - Locação de máquinas e equipamentos.

Ressaltando que, conforme previsão no PDI (2019/2013), a PROAD e as Diretorias de Administração dos Campi, irão discutir e elaborar ainda em 2019, um Plano de Substituição de Frotas para o IFPA.

Atualmente, o Setor de Transporte deste Campus dispõe dos seguintes carros oficiais:

Tabela 17 – Lista de Veículos oficiais do Campus.

Qnt	Marca/Modelo	Ano Frab./Mod.	Espécie/Tipo	Placa
1	FORD RANGER XL 13P	2010/2011	ESP/CAMIONETE/AB CAB DUP	NSR 9026
2	MMC/L200 TRITON GL	2014/2015	ESP/CAMIONETE/AB CAB DUP	OTV 2316

3	VW/GOL 1.6 POWER	2005/2005	PAS/AUTOMOVEL	JUU 6222
4	NISSAN/FRONTIER 4X4 SE	2004/2005	ESP/CAMIONETE/AB CAB DUP	JUM 0844
5	FIAT/ MAREA ELX	2006/2006	PAS/AUTOMOVEL	JKH 7361
6	VW/KOMBI	1994/1995	MISTO/CAMIONETA	JTQ 8970
7	VW/SANTANA	2002/2002	PAS/AUTOMOVEL	JUD 6683
8	VW/COMIL CAMPIONE R	2005/2005	PAS/ÔNIBUS	JVG 2262

Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

Os veículos oficiais se destinam ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, Científicas, Esportivas, Culturais e de Política Estudantil do Campus.

Para viagens de longa distância, o Campus dispõe da caminhonete L200 Triton e do Ônibus JVG 2262. Os demais realizam apenas deslocamentos (mudança de lugar dentro dos limites do próprio município) devido ao ano do modelo e estado de conservação. Além disso, não há, até a presente data, veículos inservíveis no Campus, todos estão sendo utilizados nas atividades necessárias e de acordo com a demanda. Cabe destacar que todos os veículos se encontram regularizados perante o DETRAN, com o respectivo comprovante de licenciamento emitido pelo órgão.

11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFPA

Neste capítulo, será apresentada a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e

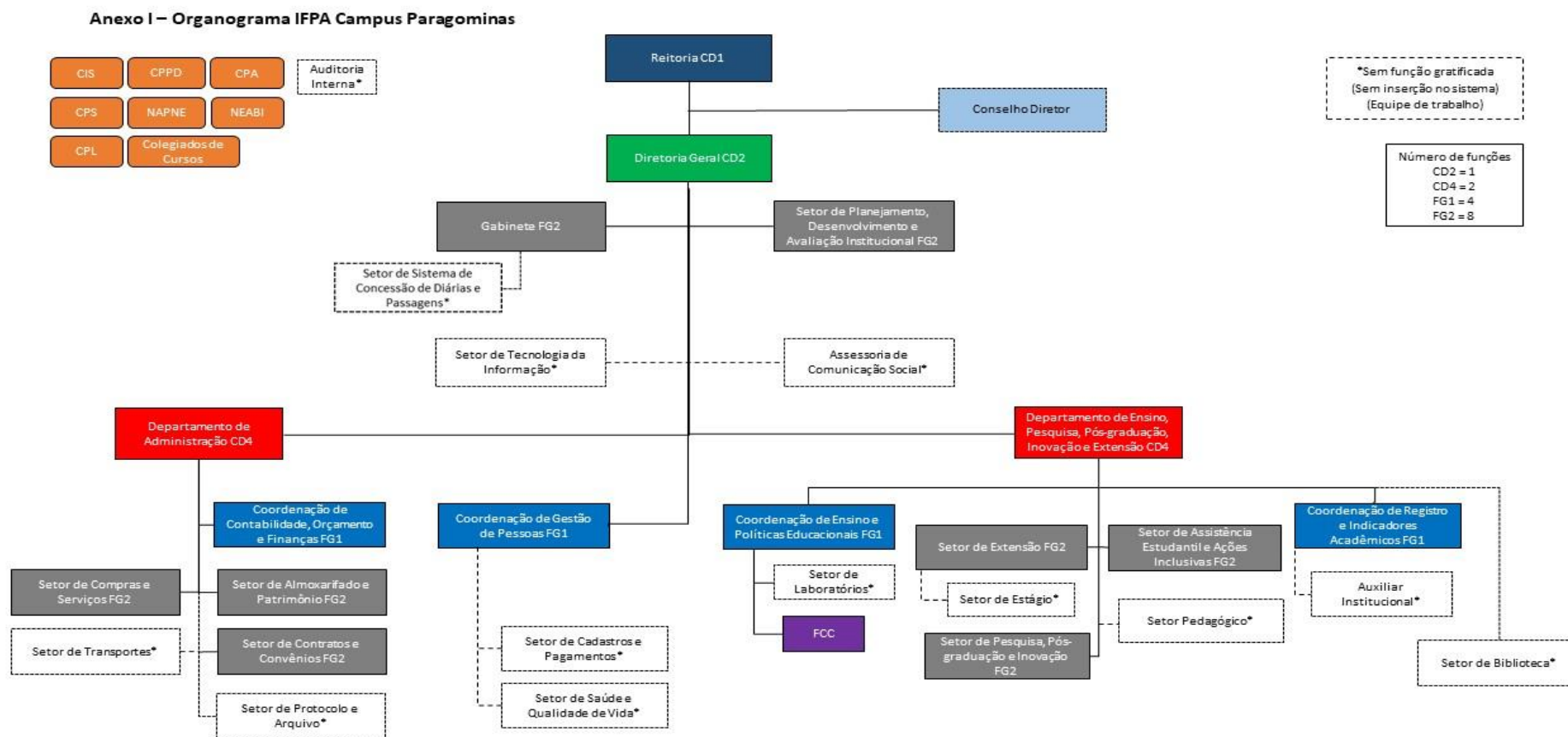
Organograma Institucional e Acadêmico, os Órgãos Colegiados e as Políticas de Gestão do IFPA – Campus Paragominas.

11.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A Resolução nº 126/2019-CONSUP de 17 de julho de 2019 que cria a Estrutura Organizacional do Campus Paragominas do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições foi apresentada à Comunidade Acadêmica e submetida à aprovação pelo CONDIR do Campus, sendo posteriormente aprovada pelo CONSUP, em atendimento a Instrução Normativa (IN) nº 002/2017.

A **Figura 3** compreende o organograma do Campus Paragominas com as demais estruturas organizacionais e suas atribuições, conforme a Resolução nº 126/2019, disponível na página do IFPA, no endereço eletrônico https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

Figura 3 – Organograma funcional do IFPA Campus Paragominas.



Fonte: Resolução 126-CONSUP/IFPA (2019).

11.1.1 Estatuto do IFPA, Regimento Geral do IFPA e Regimento Interno do Campus

- **Estatuto**

O documento completo do Estatuto do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 120/2020-CONSUP, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5245-resoluc-a-o-n-120-2020-consup-ifpa-estatuto-ifpa-1/file>.

- **Regimento Geral**

O documento completo do Regimento Geral do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 190/2020 - CONSUP, de 21 de dezembro de 2020, que regulamenta as atividades da administração superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a instituição, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5483-resolucao-n-190-2020-consup-ifpa-regimento-geral/file>.

11.2 Órgãos Colegiados

11.2.1 CONDIR e outros

Conforme Edital nº01/2018 que regulamentou o processo eleitoral para escolha dos membros do conselho diretor (CONDIR) do IFPA - Campus Paragominas - Biênio 2018-2020, o Conselho Diretor é o órgão consultivo máximo do Campus, com composição e atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Geral do IFPA e pelo Regimento Interno do Campus. O Conselho Diretor do Campus possui a seguinte composição:

- I. O Diretor Geral do Campus, como presidente;
- II. O responsável pela unidade gestora do Ensino no Campus;
- III. O responsável pela unidade gestora da Pesquisa. Pós-graduação e Inovação no Campus;
- IV. O responsável pela unidade gestora da Extensão no Campus;
- V. O responsável pela unidade gestora da Administração no Campus;
- VI. O responsável pela unidade gestora do Planejamento. Desenvolvimento e Avaliação Institucional no Campus;
- VII. 02 (dois) representantes docentes eleitos por seus pares, sendo um titular e um suplente;
- VIII. 02 (dois) representantes discentes eleitos pelos seus pares, sendo um titular e um suplente, sendo 01 (um) do nível médio e 01 (um) de nível superior;
- IX. 02 (dois) representantes técnico-administrativos, eleitos pelos seus pares, sendo um titular e um suplente;
- X. 01 (um) representante dos egressos;

XI. 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, sendo um titular e um suplente;

Os responsáveis pelas unidades gestoras citadas nos incisos I. II. III. IV. V e VI deste artigo, no caso de impedimentos temporários, serão substituídos pelos seus substitutos estabelecidos em regimento interno; no caso do Inciso VIII, se o Campus não ofertar cursos de nível superior, os dois representantes discentes serão do nível médio.

O exercício das competências do Conselho Diretor do Campus observará aos seguintes procedimentos:

I. O Plano de Desenvolvimento do Campus e o Plano Anual de Ações e Metas do Campus, encaminhados pelo Diretor Geral, elaborados de acordo com as diretrizes do IFPA, serão apreciados pelo Conselho Diretor;

II. As diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Campus e do Plano Anual de Ações e Metas do Campus serão construídas de forma participativa e democrática pela comunidade interna do Campus;

III. O acompanhamento da execução do Plano de Desenvolvimento do Campus e o Plano Anual de Ações e Metas do Campus dar-se-á de forma contínua, sem prejuízo da análise do Relatório Anual da Direção Geral, submetido ao Conselho Diretor pelo Diretor Geral;

IV. A análise dos Planos de Ação e Relatórios da Direção Geral e Departamentos, sistematizados pela Direção Geral, é precedida de parecer do Conselho Diretor e atentarà à sua conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Campus e com o Plano Anual de Ações e Metas do Campus;

V. O Conselho Diretor regulará seu funcionamento, inclusive a estrutura de suas comissões, se necessário, em regimento próprio, internamente apreciado, após o que será encaminhado para aprovação no CONSUP do IFPA;

VI. O Conselho Diretor deverá apreciar o Plano de Gestão do Diretor Geral eleito, apresentado por este, no máximo, até 06 (seis) meses após a data de sua posse;

VII. O Conselho Diretor deverá anualmente apreciar o Plano Anual de Ações e Metas, bem como o Relatório de Gestão do Campus;

VIII. Os regimentos internos apreciados pelos membros do Conselho Diretor terão por princípio básico a adequação dos mesmos aos dispositivos constantes no Estatuto e no Regimento Geral do IFPA;

IX. O Conselho Diretor poderá solicitar o exame sobre qualquer matéria de interesse do Campus, pelo voto da maioria da totalidade de seus membros;

X. As reuniões do Conselho Diretor serão restritas aos seus membros, salvo, quando pela natureza da pauta, o mesmo poderá autorizar a presença de qualquer membro da comunidade do Campus;

XI. A votação é livre, aberta e nominal;

XII. Os membros do Conselho Diretor terão direito apenas a 1 (um) voto nas apreciações, sempre exercido pessoalmente;

XIII. O presidente do Conselho Diretor dará, nos casos de empate, o voto de qualidade;

XIV. Nenhum membro do Conselho Diretor poderá votar em assunto de seu interesse individual ou do cônjuge, companheiro (a) ou colateral até o 3º (terceiro) grau por consanguinidade ou afinidade.

O Conselho Diretor poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou responsabilidade do Campus e apreciará o ato considerando, além da urgência e do interesse do Campus, o mérito da matéria.

Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e no Regimento Geral do IFPA, serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria de votos favoráveis, estando presente a maioria absoluta dos membros eleitos.

Atinge-se a maioria absoluta dos votos a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros do Conselho e suas reuniões de caráter solene serão públicas e realizadas independentemente de quórum.

11.3 Políticas de Gestão do IFPA

Neste item, elencam-se as políticas de gestão Integrada, de Transparência e de Acesso à Informação, de Pessoas, por Processos, de Riscos e Controles, de Meio Ambiente, o Modelo de Gestão e Governança Operacional do Campus, seguindo-se como referência as diretrizes do PDI em vigência.

11.3.1 Política de Gestão Integrada

A política de gestão do Campus, alinhada às diretrizes da Reitoria e demais Pró-Reitorias do IFPA, pauta-se num modelo de gestão democrática, participativa e transparente. Eventos como a Oficina de Planejamento Participativo do PDI, realizada no Campus em maio de 2018, além do “Integra” que abrange as áreas do ensino pesquisa e extensão, entre outros, criam o cenário de abertura para as proposições e participação de toda a comunidade acadêmica, bem como favorecem o alinhamento de ações para as áreas consideradas finalísticas do Campus, ensino, pesquisa, extensão bem como com a área de gestão.

11.3.2 Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação

Alinhado ao PDI, o Campus Paragominas seguirá a Política de Transparência da informação a ser construída pelo IFPA, cujo objetivo será garantir a sociedade em geral o acesso aos atos e documentos institucionais, com fim de torná-los cada vez mais públicos e transparentes. Desta forma, o Campus se compromete em atender as exigências da Lei nº 12.577/2011 (Lei de Acesso à Informação).

11.3.3 Política de Gestão de Pessoas

Seguindo as recomendações do PDI vigente, a política de Gestão do Campus priorizara a promoção da valorização dos servidores, área sensível e de grande importância, que deverá focar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho, com desenvolvimento de ações que visem a melhoria do clima organizacional, saúde, cultura e lazer, contribuindo para o bem-estar físico e desempenho profissional do servidor.

Atualmente, o campus está em processo de atualização do plano de capacitação para os próximos anos, cuja comissão responsável já foi formada e designada. Após, feito o levantamento prévio das necessidades de capacitação junto aos servidores e também as necessidades dos diversos setores do campus, o plano de capacitação atualizado procurará desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados. Dentre os compromissos, destacamos:

- promover e apoiar a realização de ações para a multiplicação dos conhecimentos trabalhados na capacitação e/ou qualificação;
- propor atualização dos planos de capacitação e qualificação locais em consonância como as trilhas e os programas de aprendizagem de formação inicial e continuada dos servidores em sua área de gestão;
- realizar dotação orçamentária de diárias e passagens a cada exercício de gestão específica para o objeto de capacitação e qualificação dos servidores lotados em sua unidade.

11.3.4 Políticas de Gestão por Processos

No intuito de se estabelecer uma Política para o gerenciamento de processos no campus, propõe-se um maior alinhamento entre as ações executadas na Reitoria do IFPA com as atividades do Campus. Além disso, sugere-se a ampla divulgação das atribuições do Escritório de Gerenciamento de Projetos de Gestão e Processos (EGPGP) desenvolvido pelo IFPA, no intuito de se oferecer as ferramentas necessárias para que os campi contribuam com a identificação, mapeamento e aperfeiçoamento dos seus processos, visando assim à melhoria do desempenho organizacional e qualidade de seus serviços prestados à comunidade.

11.3.5 Políticas de Gestão de Riscos e Controles

Atualmente, o IFPA conta Comitê de Gestão de Riscos, Controles e Integridade, composto pelos gestores de todas as unidades do IFPA, que visa estabelecer um conjunto de ações para a diminuição dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais e também à integridade. Nesse contexto, o Campus Paragominas prevê, neste plano, o seu Mapa de Riscos para os objetivos e metas aqui propostos, atendendo assim à Política de Gestão de Riscos e Controles do IFPA.

11.3.6 Política de Meio Ambiente

O Campus Paragominas segue os direcionamentos do Plano de Sustentabilidade do IFPA, que estabelece ações para a redução de gastos com materiais de

consumo, expediente, energia, água, entre outros. Além disso, o PDC prevê, para o seu período de vigência, indicadores e metas que serão desdobrados em ações que visem à racionalização desses gastos e conscientização da comunidade acadêmica quanto às políticas de educação ambiental.

Ademais, o Campus possui Comissão de Meio Ambiente, designada pela Portaria nº 160/2017 DG – de 14 de setembro de 2017, a qual, atualmente, está trabalhando na elaboração do Plano de Ações Ambientais do Campus. Cabe ressaltar que a partir de agosto de 2019 o Campus passou a funcionar em sede própria, o que favorece a realização das atividades da referida Comissão.

11.3.7 Modelo de Gestão do Campus

Com fundamento na política de gestão apresentada no PDI, o qual adota o Modelo de Excelência na Gestão (MEG), criado pelo Programa Ges-pública, do Governo Federal, o Campus Paragominas apresenta o seu Plano de Desenvolvimento construído e elaborado de forma coletiva, apresentando sua missão, visão e valores, refletindo por tanto, os princípios desse modelo de gestão: democrática e participativa.

11.3.8 Governança Operacional do Campus

Será adotado, com base no PDI, O modelo de negócio do IFPA, que sintetiza informações como: principais parcerias, atividades-chaves, proposta de valor, relacionamento com clientes, segmentos de clientes, principais recursos, canais, estrutura de custos e principais fontes de recursos, com base no *Business Model Canvas* (PDI, 2019/2023).

Figura 4 – Modelo de negócio do IFPA Campus Paragominas.



Fonte: IFPA Campus Paragominas (2020).

12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

12.1 Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços)

O Campus IFPA Paragominas dispõe do Programa de assistência estudantil sendo voltado para concessão de auxílios alimentação e transporte para estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais na modalidade curso técnico integrado ao ensino médio, subsequente e FIC (EJA e Regente de Banda), sob a responsabilidade da Comissão de Assistência Estudantil do Campus, designada por meio da Portaria nº 19/2018/DG.

A concessão dos auxílios da assistência estudantil tem por finalidade proporcionar condições de permanência e êxito ao processo formativo dos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais no IFPA que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com base no que rege o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Além do repasse direto aos alunos, parte do recurso do Programa de Assistência Estudantil é destinado a aquisição de kits escolares (cadernos, canetas, mochila, camisa) que atendem integralmente todos os discentes matriculados. Há ainda, editais de projetos de extensão em processo de análise, que futuramente podem garantir bolsas de auxílio financeiro aos alunos.

12.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro

O Campus IFPA Paragominas dispõe do Programa de assistência estudantil sendo voltado para concessão de auxílios alimentação e transporte para estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais na modalidade curso técnico integrado ao ensino médio, subsequente e FIC (EJA e Regente de Banda), sob a responsabilidade da Comissão de Assistência Estudantil do Campus, designada por meio da Portaria nº 19/2018/DG.

A concessão dos auxílios da assistência estudantil tem por finalidade proporcionar condições de permanência e êxito ao processo formativo dos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais no IFPA que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com base no que rege o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Além do repasse direto aos alunos, parte do recurso do Programa de Assistência Estudantil é destinado a aquisição de kits escolares (cadernos, canetas, mochila, camisa) que atendem integralmente todos os discentes matriculados. Há ainda, editais de projetos de extensão em processo de análise, que futuramente podem garantir bolsas de auxílio financeiro aos alunos.

12.3 Organização estudantil

Atualmente, o Campus IFPA Paragominas não conta com órgãos de representatividade discente, contudo os representantes de turma já receberam orientações quanto a criação dos grêmios estudantis.

12.4 Acompanhamento dos egressos

O Campus IFPA Paragominas conta com uma comissão local composta de docentes e técnicos-administrativos que atuam no Comitê Gestor Interno de Atendimento aos Egressos (CGIPE), cujas ações e atividades estão em fase de implantação e seguem o direcionamento do Setor de Egressos – PROEX e do Observatório do Trabalho do IFPA – SEOT/CEE/DIREX/PROEX.

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional Interna ou Autoavaliação está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior

Nesse sentido, a Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) busca reunir dados, análises e informações, que oportunizam à Instituição uma reflexão crítica de seu percurso no período avaliado, para o planejamento de ações e a consecução de seus objetivos.

Para isso, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA Institucional) em conjunto com as Comissões Próprias de Avaliações Locais (CPAs Locais) de cada Campus e com o apoio dos dirigentes da Instituição, realiza pesquisas por meio de questionário eletrônico aplicado às diferentes categorias que integram essa instituição de ensino: discentes, docentes e técnico-administrativos. Com o objetivo de avaliar diversos aspectos e indicadores que compõem as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES. Tal pesquisa possui caráter descritivo-exploratório, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados

De forma transparente, os relatórios produzidos com a sistematização dos dados da pesquisa são publicados, apresentando as demandas da comunidade acadêmica. Com os resultados, abre-se um processo de discussão com os dirigentes, já que é possível identificar, de maneira objetiva, os pontos fortes e fracos, além das ameaças e oportunidades em relação à instituição, os quais servirão de base de informações para a consignação de ações de melhorias no planejamento anual das unidades, além do aperfeiçoamento do Plano de

Desenvolvimento Institucional em sua etapa de revisão e, conseqüentemente, o contínuo desenvolvimento da Instituição.

Esse fato demonstra o comprometimento da instituição com todos os segmentos acadêmicos, buscando constantemente o aperfeiçoamento dos processos de gestão e a eficiência dos objetivos planejados e da missão da Instituição.

Por conseguinte, a Autoavaliação Institucional busca auxiliara Instituição a cumprir sua missão de articular o ensino, extensão, pesquisa e inovação, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes, além de desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando profissionais capacitados para o Mundo do Trabalho, em um processo de reflexão crítica e tomada de consciência visando à transformação da realidade.

No Campus Paragominas, a Autoavaliação Institucional passa por um processo inicial de sensibilização, com a fixação de cartazes, a distribuição de folders e o processo de convencimento aos segmentos, considerando o corpo a corpo. Na última edição (2018), a CPA Local, em articulação com a Direção Geral do Campus e com as respectivas coordenações de cada curso, propiciou um dia “D”, no qual os alunos foram levados aos laboratórios, com a finalidade de responderem a pesquisa da CPA Institucional. Após a sensibilização, procede-se a pesquisa de fato, já disponibilizada em formato de questionário eletrônico, em que os segmentos são convidados a avaliar todos os serviços prestados ao seu respectivo segmento. Após essa etapa, os dados são tabulados pela comissão central da CPA Institucional, sediada em Belém e devolvidos ao Campus para que se proceda a elaboração do relatório local.

Os relatórios produzidos, tendo como base a pesquisa realizadas entre docentes, técnicos e discentes, têm servido como instrumento de análise das condições reais nas quais os serviços são prestados a coletividade, e como ferramenta importante para o planejamento e a tomada de decisões por parte da gestão do Campus, visando a melhoria destes serviços.

Assim, a CPA Local tem cumprido sua missão junto à comunidade local, avaliando os serviços prestados e fazendo proposições para que os serviços sejam de excelência. A comissão tem trabalhado para que o Campus de Paragominas possa estar durante a vigência do novo PDC (2019/2023) realizando todas as ações necessárias, objetivando a realização das autoavaliações institucionais e a respectiva produção e socialização dos relatórios com os resultados encontrados na pesquisa. Espera-se que estes resultados sejam acolhidos e compreendidos como ferramentas indispensáveis para fundamentar novas práticas de gestão, que possibilite sempre a transparência das ações e dos processos, criando um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de ações que visem o aprimoramento técnico, colaborativo e o espírito de cidadania em cada um que constitui este Campus. Por fim, a CPA Local dispõe de um computador, uma mesa, um armário e uma sala de trabalho, condições indispensáveis para o trabalho desta comissão local.

14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Financeira e Orçamentária do Instituto Federal do Pará – Campus Paragominas é realizada de modo a garantir o planejamento estratégico, a programação de ações e a definição de metas de governança capaz de proporcionar eficiência e eficácia no

gasto público. Para isso, cumpre seu papel ante a sociedade respeitando a legislação pátria tão quanto nossa Carta Constitucional.

Como estratégia econômico-financeira há um respeito a Matriz Orçamentária destinada ao Campus, havendo um controle da despesa pública de modo que não ultrapasse os limites estipulados no orçamento. No controle financeiro, os pagamentos são realizados em ordem de liquidação de modo a garantir isonomia e impessoalidade na Administração Pública.

O planejamento para o Campus ocorre de modo a prever as necessidades atuais e futuras, de modo com que os todos os programas previstos sejam sustentáveis financeiramente.

Para o setor, planeja-se mapear todos os processos financeiros e orçamentários, fazendo com que qualquer profissional possa executar os procedimentos com qualidade e eficiência.

15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC

Visando ao saneamento de desvios que possam ocorrer durante a implementação deste plano, propõe-se que anualmente seja feita a avaliação do desempenho do PDC, com participação de toda a comunidade acadêmica, a fim de verificar aquilo que realmente foi executado, avaliando cada um dos objetivos e metas, a fim de traçar novos métodos e ações para cumprimento dos mesmos.

Além disso, será utilizado o Plano Anual de Ações e Metas do Campus (PAM) para análise dos indicadores do PDC e estabelecimento de ações e estratégias que favorecerão o controle dos resultados. Assim, será possível identificar as possíveis dificuldades na execução das atividades elencadas no PAM e apresentar medidas para sua correção.

Desse modo, sugere-se um calendário de avaliação do PDC (apresentado abaixo), que poderá ser ajustado conforme a necessidade do Campus e a criação de uma Comissão para revisão do PDC, composta por membros das categorias docentes, técnicos administrativos e discentes para gerenciamento das ações relativas ao monitoramento deste Plano.

Quadro 10– Calendário de Avaliação do PDC Campus Paragominas.

Evento/Mês	2020	2021	2022	2023
Reunião de Avaliação e Revisão do PDC	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Dezembro

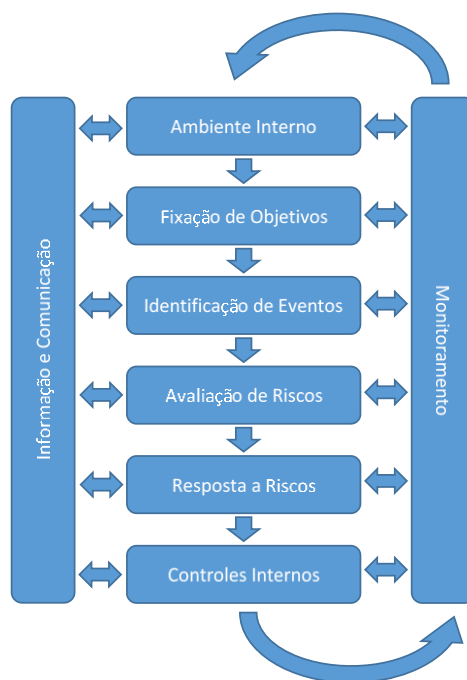
Fonte: IFPA Campus Paragominas (2019).

16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no planejamento do Campus Paragominas obedece a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do IFPA (PGIRC), a aprovação da Resolução nº 188/2017-CONSUP-IFPA, que estabelece que o modelo

metodológico adotado pelas unidades do IFPA na gestão de risco deve ser estruturado com base no COSO ERM *Framework*, na ABNT NBR ISO 31000, na ABNT NBR ISSO/IEC 31010 e em boas práticas, composto de 8 componentes (etapas), sendo que o fluxo entre as componentes deve seguir um processo cíclico, visando a implementações de melhorias, conforme o modelo retratado na figura a seguir:

Figura 5 - Componentes adotadas na gestão de riscos.



Fonte: DPDI, (2020).

a) Ambiente Interno

O ambiente interno compreende, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos.

Tais elementos são observados no âmbito geral do IFPA por meio das regulamentações aprovados pelo CONSUP, onde se destacam o Estatuto (Resolução nº 148/2016 – CONSUP, de 08 de setembro de 2016) e o Regimento Geral (Resolução nº 399/2017-CONSUP, de 11 de setembro de 2017), bem como o Regimento Interno da Comissão de Ética (Resolução nº 016/2017 – CONSUP, de 24 de janeiro de 2017), que integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública (CEP). Além disso, o campus conta com suas normas internas que visam à organização e controle de suas atividades, como o organograma o qual foi aprovado pela Resolução nº 126/2019-CONSUP de 17 de julho de 2019.

b) Fixação de Objetivos

Esta componente compreende a definição e explicitação de objetivos que estejam alinhados à missão e à visão da organização, sendo necessário para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução.

Os objetivos estratégicos do Campus Paragominas, para os exercícios 2019 a 2023, foram definidos e estão explicitados no **Quadro 4**. Anualmente, também poderão ser acrescentados novos objetivos, indicadores e metas no planejamento do campus, sendo que a estes também podem haver riscos associados, os quais também deveram ser geridos, conforme metodologia proposta.

c) Identificação de Eventos

Nesta componente, compreende-se a identificação dos riscos, ou seja, a identificação de eventos negativos que possam ocorrer e que impactarão no alcance dos objetivos estabelecidas.

Esta identificação deve ocorrer anualmente, atrelado a formalização do Plano Anual de Metas (PAM) do campus, e em uma perspectiva de causas e efeitos ocasionados pela provável ocorrência de tais eventos negativos. Na prática, devem ser identificados os riscos atrelados à cada uma das metas estabelecidas para o respectivo ano.

d) Avaliação de Riscos

Esta etapa consiste em avaliar cada risco identificado classificando-o seguindo a tipologia do risco e mensurando o nível sob uma perspectiva de probabilidade, que caracteriza como a chance de ocorrência/consumação do risco, e de impacto, que são as consequências causadas pelo mesmo e afetarão ou impedirão a consecução dos objetivos e metas.

A avaliação deve ocorrer anualmente com a identificação de novos riscos, assim como os riscos que persistirem do ano anterior devem ser reavaliados quanto ao nível em decorrência de possíveis mudanças nas categorias de probabilidade e impacto.

A classificação da tipologia do risco e a mensuração da probabilidade e impacto, deverão seguir as categorias e escalas, respectivamente, estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos do IFPA.

e) Resposta a Riscos

A partir da avaliação dos riscos e do apetite de risco definido, deverão ser elencadas as respostas a serem adotadas para cada risco mapeado. Ou seja, qual será a postura a ser adotada pelo campus diante do risco identificado e avaliado.

As respostas podem variar entre:

- **Eliminar:** Promover ações que evitem a ocorrência ou eliminem as causas e/ou efeito, de modo que não impactem nos objetivos;
- **Aceitar:** Conviver com o risco mantendo práticas e procedimentos existentes, considerando a impossibilidade de adoção de novas medidas ou que o curto não compense;

- **Reduzir:** Adotar medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou os impactos causados, de modo quando ocorra não impacte severamente nos objetivos;
- **Compartilhar:** Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, terceirização da atividade, etc.).

O apetite à risco é nível de risco que a organização está disposta a aceitar. Em termos práticos, é o limite toleráveis de exposição aos riscos identificados, considerando-se o nível de risco atribuído na avaliação, sem que sejam tomadas medidas de tratamento para eliminar, reduzir ou compartilhar. O campus irá seguir o apetite de risco estabelecido pelo CGRCI na definição das respostas ao risco.

f) Atividade de Controles Internos

Consiste na definição das políticas e dos procedimentos executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.

Os procedimentos de controles da gestão deverão ser definidos anualmente no PAM, tanto para os riscos vinculados aos objetivos e metas do PDC, quanto a outros objetivos e metas que poderão ser estabelecidos pelas unidades em seus respectivos planos.

g) Informação e Comunicação

Durante todo o processo de gerenciamento dos riscos as informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos.

h) Monitoramento

Tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.

Os registros das etapas de identificação, avaliação, resposta aos riscos e controles internos serão realizadas por meio do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP), sob orientação e monitoria do Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional do campus (SPDAI).

17 CONCLUSÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) apresenta-se como planejamento estratégico do Campus e planejamento tático para o IFPA, alinhado ao PDI, definindo a missão, visão e valores do Campus Paragominas. Sua importância é notória, pois estabelece os objetivos, metas e ações a serem alcançados durante o quinquênio 2019-2023.

Construído de forma participativa, o PDC reúne as proposições e expectativas de servidores e alunos que planejaram, discutiram e tornaram possível sua elaboração. Este Plano reflete, desse modo, o diálogo democrático com os integrantes das categorias que compõe a comunidade acadêmica, os quais empenharam-se para sua construção, no desejo de contribuir para melhoria e crescimento do Campus.

Nesse contexto, cabe a cada docente, técnico administrativo e discente a responsabilidade de utilizar este documento como uma ferramenta para execução assertiva dos objetivos aqui propostos, unindo esforços para a concretização de sua missão “Proporcionar à sociedade da região do Rio Capim educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, garantindo o seu desenvolvimento sustentável e a formação integral do cidadão no âmbito social, político, ético e cultural”.

A implementação efetiva deste Plano, cabe, portanto, a cada participante dos segmentos que compõe o IFPA Campus Paragominas, representando, assim, um compromisso coletivo na busca por caminhos pelos quais a Instituição consolide-se como instrumento de transformação da realidade local, buscando a excelência de seus serviços, garantindo a formação cidadã e, dessa forma, resultando no cumprimento de sua visão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7596.htm. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8745cons.htm. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8958.htm. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e dá outras providências [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11784.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06, de 22 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CEB-006-2012-09-20.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017**. Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19186609/do1-2017-07-20-portaria-n-234-de-19-de-julho-de-2017-19186543. Acesso em: 18 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico Institucional PPI/IFPA 2017**. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/ppi-pdi-e-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino/1846-projeto-pedagogico-institucional-ppi-ifpa-2017>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 022/2018, de 08 de fevereiro de 2018**. Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Belém: Conselho Superior, 2018. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2018-2/1879-resolucao-n-022-2018-consup-ifpa-instituir-o-sistema-integrado-de-bibliotecas-do-ifpa/file>. Acesso em: 15 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 41, de 21 de maio de 2015**. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Belém: Conselho Superior, 2015. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/coligiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 101/2019, de 03 de junho de 2019**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2019 – 2023. Belém: Conselho Superior, 2019. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/ultimas-noticias/1061-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 12 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 126/2019, de 17 de julho de 2019**. Cria a Estrutura Organizacional do Compus Paragominas do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições. Belém: Conselho Superior, 2019. Disponível em: https://www.sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 148, de 08 de setembro de 2016**. Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: Conselho Superior, 2016. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 26 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 399, de 21 de setembro de 2017**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal do Pará, que regulamenta as atividades da Administração Superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a Instituição. Belém: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 29 ago. 2019.



Emitido em 18/11/2022

RESOLUÇÃO Nº 871/2022 - SECCON (11.01.17.06)
(Nº do Documento: 478)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 08:11)
JULLY EMILY DOS SANTOS CUNHA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
2381425

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifpa.edu.br/documentos/> informando seu número: 478, ano: 2022, tipo: RESOLUÇÃO, data de emissão: 22/11/2022 e o código de verificação: 8926eb4353